



70 Congresso Nacional

LULA LIVRE



Foto: Ricardo Stuckert

22, 23 E 24 DE NOVEMBRO EM SÃO PAULO

CADERNO DE TESES





**70 Congresso
Nacional**
LULA LIVRE

CADERNO DE TESES



Índice

Chapa Número 290	
#Lula Livre! Fora Bolsonaro! Governo democrático e popular!	07
Representantes: Carlos Árabe, Renato Simões e Vilson Oliveira	
Chapa Número 210	
Diálogo e Ação Petista.	19
Representantes: Markus Sokol, Luiz Eduardo Greenhalgh e Misa Boito	
Chapa Número 220	
Em tempos de guerra, a esperança é vermelha	29
Representantes: Natália de Sena, Valter Pomar e Patrick Campos Araújo	
Chapa Número 230	
Repensar o PT, para enfrentar o retrocesso, defender a	
democracia e os direitos do povo	41
Representantes: Jacy Afonso, Ricardo Berzoini e Letícia Espíndola	
Chapa Número 250	
Lula Livre – Partido é para todos e todas	49
Representantes: Romênio Pereira, Marcos Lemos e Saulo Dias	
Chapa Número 280	
Lula Livre para Mudar o Brasil	59
Representantes: Gleide Andrade, Francisco Rocha e Mônica Valente	
Chapa Número 200	
Lula Livre: Resistência socialista!	71
Representantes: Paulo Teixeira, Paulo Pimenta e Camila Moreno	
Chapa Número 260	
Na Luta, ruas e redes #Lulalivre	81
Representantes: Henrique Donin, Lourival Casula e Ricardo Hott Junior	
Chapa Número 270	
OPTEI pelo Socialismo – Lula Livre!	89
Representantes: Silvana Donatti, Sheila Oliveira e Tiago Soares	
Anotações	98

Novembro de 2019

Secretaria Nacional de Comunicação do Partido dos Trabalhadores

comunicacaodn@pt.org.br • (11) 3243-1313



Chapa Número 290

**#LULA LIVRE! FORA BOLSONARO!
GOVERNO DEMOCRÁTICO E POPULAR!**

Representantes: Carlos Árabe, Renato Simões e Vilson Oliveira

América Latina: um novo ciclo de resistência e construção de alternativas ao neoliberalismo

1. A volta de Lula aos braços do povo conclamando ao enfrentamento da extrema-direita neoliberal, as derrotas eleitorais do neoliberalismo no México e agora na Argentina, as magníficas mobilizações populares no Equador, Haiti e Chile demonstram que os povos do continente latino-americano continuam no epicentro mundial da resistência e construção de alternativas ao neoliberalismo. As tentativas de deslegitimar a vontade popular manifesta por meio do voto, como o fracassado golpe na Venezuela e o golpe de Estado em curso na Bolívia, evidenciam os interesses e esforços imperialistas e de corporações transnacionais em retomar e expandir seu domínio no continente. No Uruguai, a Frente Ampla disputa o segundo turno das eleições presidenciais em um quadro difícil, mas com chance de vitória e manutenção do ciclo de governos de esquerda no país. Assim, à despeito dos duros ataques que ora enfrentamentos, não se confirmou o prognóstico apressado e impressionista de que o período recente havia aberto um novo ciclo histórico longo de derrota das esquerdas latino-americanas, que estariam reduzidas por um tempo indeterminado ao horizonte da resistência. Os processos políticos em cada país e no conjunto da América Latina reforçam a ideia de que a construção de projetos alternativos ao neoliberalismo exige o enfrentamento permanente aos interesses capitalistas neocolonialistas.

2. Uma visão geral do curso das lutas de classe no período recente deve inserir a América Latina no quadro das contradições do capitalismo após a grande crise de 2008 e em meio à disputa geopolítica com a liderança emergente da China. A resposta neoliberal à crise, que acabou se impondo frente ao descrédito e fraqueza de alternativas globais, foi em três direções: o agravamento e generalizações das zonas de conflito no mundo com a retomada e aprofundamento de dinâmicas neocoloniais e ecologicamente predatórias; um ataque mais radicalizado aos direitos dos trabalhadores e das mulheres, aos direitos sociais em uma escalada de questionamento aos padrões históricos de direitos humanos, que vinham se construindo desde o pós-guerra; uma dinâmica de desestabilização dos pilares mínimos da democracia, propiciando a ascensão de forças de extrema-direita e proto-fascistas.

3. Em nenhum lugar do mundo, o padrão regressivo de respostas à crise de um neoliberalismo radicalizado gerou um novo equilíbrio de poderes estável ou uma nova dominação legitimada. Ao contrário disso, não houve retomada consistente do dinamismo capitalista mas acumulação de contradições, a liderança geopolítica dos EUA aprofundou a sua crise com a gestão Trump, a crise ecológica mundial só se agravou. O projeto de unificação europeia sob o programa neoliberal enfrenta uma crise histórico-estrutural.

4. Vivemos um momento de explicitação e agravamento da contradição entre capitalismo e democracia, no qual políticas anti-populares de austeridade e retirada de direitos tem sido impostas aos povos em toda parte. Tal divórcio tem tido uma recepção singular na periferia do capitalismo. Se na Europa o Banco Central europeu estrangula governos e ignora a soberania popular, na América Latina o imperialismo estadunidense recrudescer e rompe limites estabelecidos por ele próprio por meio de uma articulada ofensiva contra governos eleitos de orientação progressista. Os golpes em Honduras, Paraguai e Brasil; as perseguições político-judiciais a Rafael Correa, Cristina Kirchner e Lula; o aumento do bloqueio à Cuba, somadas as ações mais diretas e violentas como no caso da Venezuela e agora na Bolívia, demonstram a disposição do império de seguir atacando a soberania das nações e o seu desprezo pela democracia e auto determinação dos povos..

5. Ao golpear o ciclo de ascensão de governos progressistas e de esquerda na América Latina, a resposta neoliberal e autoritária, erodiu os programas econômicos distributivos e de inclusão social, e substituiu a cultura de formação de novos direitos pela cultura do ódio, do preconceito, da exclusão, patriarcal e racista.

6. Neste contexto, a mudança brusca de posição da representação brasileira na Assembleia Geral das Nações Unidas – rompendo com sua tradição diplomática, somou-se aos EUA e a Israel votando contrariamente à resolução que condena o criminoso e anacrônico bloqueio comercial imposto pelo governo estadunidense à Cuba – revelou a profunda subordinação do governo Bolsonaro aos interesses do Departamento de Estado estadunidense. O PT reafirma seu apoio à luta contra o bloqueio econômico à Cuba, em defesa da soberania e do direito à autodeterminação das nações, e defesa da Revolução Cubana, cujo caráter ant imperialista, internacionalista e socialista foi e é fundamental para a luta dos povos latino-americanos. Afirma também seu apoio a Evo Morales e ao povo boliviano que sofre brutal ataque cancelado pela OEA que, uma vez mais, promove o golpismo tal como fez ao longo das décadas de 1960 e 1970.

7. A resposta a este agressivo e bárbaro programa autoritário e neoliberal, expressão dominante e orgânica do capitalismo contemporâneo, exige um novo ciclo programático das esquerdas latino-americanas cujo centro estratégico deve ser a democratização estrutural do poder político que vá além das amarras da democracia representativa liberal. Este novo ciclo deve criar e universalizar os direitos humanos a partir de uma perspectiva socialista e libertária, bem como apresentar o socialismo democrático, como cultura pública e de massas, feminista e anti-racista, como a grande resposta histórica à crise de civilização do capitalismo contemporâneo. Deve ser marcado ainda pela mais ampla unidade das esquerdas e movimentos sociais como condição necessária para criar uma força solidária, nova e capaz de despertar esperança de vitórias e conquistas frente às estratégias de isolamento, descrédito e apatia massivamente manipuladas pelas forças neoliberais e proto-fascistas. Trata-se de construir grandes experiências orgânicas de unidade que permita a abertura de horizontes de um novo futuro. Iniciativas como a Jornada Continental pela Democracia e Contra o Neoliberalismo são parte decisiva do processo de construção da unidade e de fortalecimento deste ciclo e devem ser ampliadas em um esforço conjunto de articulação de forças políticas e movimentos sociais, seguindo o exemplo do diálogo entre o Foro de São Paulo e a Jornada.

8. Em virtude do peso geopolítico do Brasil na América Latina, da tradição histórica do PT e em razão da liderança internacional de Lula, as esquerdas brasileiras devem estar no centro deste novo ciclo histórico das esquerdas latino-americanas, de resistência e construção de alternativas ao neoliberalismo. Este é um dos grandes desafios do 7º Congresso que, a partir da unidade partidária construída no 6º Congresso, deve ainda renovar o programa para o Brasil construído em torno da candidatura Haddad/Manuela.

BRASIL: LULA LIVRE! FORA BOLSONARO! GOVERNO DEMOCRÁTICO-POPULAR!

9. No Brasil, após três anos da primeira etapa do golpe, que derrubou a presidenta Dilma, é preciso fazer uma análise da força e fraqueza da coalizão neoliberal - em um primeiro momento dirigida pelo PSDB, depois centralizada pelo governo Bolsonaro. Compreender a realidade é fundamental para elaborar os caminhos de passagem da resistência à construção de uma alternativa radicalmente democrática e popular para o Brasil.

10. A derrubada da presidenta Dilma, a prisão de Lula, o assassinato impune de Marielle e a eleição de Bolsonaro centralizam a expressão do brutal ataque das forças políticas do neoliberalismo no Brasil. A coalizão neoliberal governa o Brasil; a maioria dos Estados – com

a exceção decisiva do Nordeste -; a esmagadora maioria das grandes cidades do país; tem forte maioria no Senado e na Câmara; o apoio ativo e dirigente de forças do capital financeiro nacional e internacional; das entidades empresariais e do agronegócio; das Forças Armadas; do oligopólio midiático; de parcelas ainda majoritárias das corporações que dirigem o Judiciário brasileiro e setores extremistas da população que, contudo, a cada dia reduzem em tamanho e alcance.

11. Esta alteração não foi feita através da construção de uma nova hegemonia política. O governo Temer foi desde o início marcado pela ilegitimidade e crescentes e até escandalosos índices de impopularidade. O PSDB, partido do golpe e do neoliberalismo brasileiro, sofreu a sua maior derrota histórica em 2018. E o governo Bolsonaro caminha a passos largos para altos índices de impopularidade, ilegitimidade e ingovernabilidade.

12. No campo da resistência democrática e popular, apesar da repressão e duros ataques aos direitos, não houve descontinuidade. O lançamento da candidatura de Lula à presidência – mantida mesma com a sua prisão – nutriu a campanha quase vitoriosa de Haddad/Manuela. Atos massivos promovidos pelas mulheres contra Bolsonaro e em defesa da educação pública mobilizaram a atenção do país. Um forte e belo ativismo cultural têm colorido desde o início a resistência. As campanhas pela liberdade de Lula e em memória de Marielle ganharam imensa repercussão internacional. A CNBB, setores democráticos do judiciário e da OAB têm enriquecido a resistência democrática, assim como iniciativas que visam criar alternativas midiáticas. A formação da Frente Brasil Popular, da Frente Povo Sem Medo, esforços unitários das centrais sindicais e frentes parlamentares, o trabalho coletivo das fundações partidárias da esquerda e centro-esquerda têm alimentado um novo e promissor sentimento de unidade das esquerdas brasileiras.

13. A resistência democrática tem sido capaz de manter a memória da experiência passada, sem apagar suas contradições, e é, ao mesmo tempo, a plataforma potencial para a construção de uma alternativa histórica, mais profunda e estrutural, a esta etapa do capitalismo no Brasil. Daí que a questão democrática, mais do que programa ou estratégia, tenha se tornado a própria identidade das esquerdas e dos socialistas democráticos no Brasil. É a partir das vitórias democráticas – em defesa dos direitos do povo brasileiro, da liberdade de Lula e da punição aos assassinos de Marielle, de um movimento político cada vez mais unitário e mobilizador contra o governo Bolsonaro – que podemos trilhar o caminho que vai da resistência à construção, potencialmente vitoriosa, de uma alternativa radicalmente democrática e popular.

14. Precisamos dar respostas no presente e ir além do calendário eleitoral, dado que não vivemos tempos de normalidade democrática. Tais respostas passam pela luta intransigente contra o governo da extrema-direita e seu programa de destruição nacional. Ela se expressa na palavra de ordem Fora Bolsonaro e atinge o conjunto do governo da extrema-direita e o bloco de forças que o sustentam. Essa perspectiva se completa com a construção de um programa e uma frente de esquerda tendo em vista conquistarmos um governo radicalmente democrático e popular. Ela é justa do ponto de vista democrático, necessária do ponto de vista dos direitos do povo brasileiro e do futuro do Brasil, e possível do ponto de vista político. Tal luta deve ser estruturada pela bandeira da convocação de eleições para presidente, combinada a defesa da anulação da condenação de Lula sem provas e de seu direito de concorrer livremente à presidência do país. A decisão do STF contra a prisão antes do trânsito em julgado em nada deve arrefecer nossa ação, pois a justiça não terá sido feita verdadeira até que anulação da sentença criminoso de Sergio Moro seja alcançada. Lula Livre é uma vitória a animar a militância e o povo brasileiro em tempos áridos, renovando as esperanças e a disposição para lutar contra o governo Bolsonaro e o programa neoliberal e autoritário.

15. A defesa da incompatibilidade do governo Bolsonaro com a democracia já é hoje enunciada por vastos setores democráticos, inclusive por alguns setores liberais democráticos. A candidatura de Bolsonaro/Mourão, que certamente teria sido derrotada se a de Lula não tivesse sido ilegalmente interdita - como se pronunciou até a Comissão de Direitos Humanos da ONU -, deveria ter sido cassada por seu discurso público racista, em favor da tortura, do extermínio dos adversários, bem como do uso criminoso das Fake News e financiamento empresarial ilegal. Portanto, a chapa que levou Bolsonaro e Mourão ao Palácio do Planalto deve ser impugnada, dado que concorreu em um pleito eivado de vícios, e novas eleições presidenciais convocadas. Por essas, e tantas outras razões, seria completamente contraditório e até desmoralizante, que as esquerdas brasileiras defendessem a legitimidade, a legalidade e a continuidade deste governo.

16. Ilegítimo, incompetente, criminoso e demofóbico, esse governo e sua coalizão de classe não apresenta alternativa para a profunda crise econômica que abateu-se sobre o Brasil e se articula com a nova recessão mundial que se avizinha. O que tem a oferecer é sofrimento sem fim ao povo e a liquidação das riquezas nacionais. Dada a grave dinâmica de perda de popularidade, de atritos crescentes até em sua base, isolamento internacional e crise econômica aguda, a luta democrática pelo fim do governo Bolsonaro-Mourão-Moro-Guedes e das classes dominantes, é necessária, possível, e, sobretudo, organizadora do papel que cabe ao PT e às esquerdas de construir unitariamente a alternativa democrática e anti-neoliberal para a crise.



17. A contraposição dos socialistas democráticos aos valores neoliberais é a luta pela igualdade em contraposição às desigualdades sociais, de gênero e racistas. É esta disputa que permite a expansão dos valores classistas do trabalho, do feminismo e do anti-racismo em culturas anti-capitalistas de solidariedade e libertárias.

18. A disputa dos socialistas democráticos com os neoliberais também está presente na defesa da transição ecológica rumo a novos padrões de desenvolvimento, de bem viver, de organização do território, de proteção à natureza, de hábitos de consumo e de organização das cidades. As tragédias criminosas da mineração e os ataques predatórios aos biomas naturais, com centralidade para a Amazônia, o descaso em relação ao derramamento de petróleo no Nordeste, justificam a prioridade da disputa destes valores civilizatórios fundamentais necessários para a própria sobrevivência do planeta.

19. A unidade estratégica e programática das esquerdas brasileiras tem hoje um valor moral: em uma situação tão dramática, seria imperdoável colocar os interesses de uma parte ou fração acima dos interesses históricos dos trabalhadores e do povo brasileiro. Tem a força da necessidade: sem ela, não será possível disputar e vencer a forte coalizão neoliberal formada. E ela é viável: posto que é cada vez mais forte o sentimento de unidade das esquerdas.

20. O centro programático desta unidade estratégica é a defesa da democracia, da soberania nacional e a luta contra as políticas de austeridade. Esta unidade potencializa a unidade dos partidos de esquerda, das Frentes Brasil Popular e Povo sem Medo e dos movimentos sociais. Deve se traduzir em plataformas e candidaturas comuns nas eleições municipais.

21. Este caminho de unidade programática estratégica das esquerdas brasileiras tem um sentido claramente diverso de alianças com setores liberais que tenham discordância ou dissidência pontual com a coalizão da extrema-direita mas acordo com o seu programa neoliberal.

PARTIDO DOS TRABALHADORES SOCIALISTA E DEMOCRÁTICO!

22. Este conjunto de desafios colocados para a esquerda é perpassado pela necessidade de o PT aprofundar sua conexão com as mulheres e homens que constroem este partido no dia a dia, o que só será possível com a transformação de nossa dinâmica interna por meio do enfrentamento à burocratização, o reforço da formação política e o aprofundamento da participação democrática dos petistas nas decisões sobre os rumos do partido.

23. O PT se constituiu numa das mais originais experiências de construção partidária na esquerda latino-americana e mundial. De uma só vez, nos anos 1980, rompeu com a tradição patrimonialista das elites brasileiras e com padrões autoritários e verticais de partidos de esquerda até então.

24. Esse partido vibrante, criativo, participativo, dos anos 80, se transformou numa bem-sucedida máquina eleitoral nos anos 90, e numa grande e poderosa estrutura administradora de relações construídas em parcelas dos aparelhos de Estado conquistados, mandatos parlamentares e governos, na virada do século e do milênio.

25. A estratégia meramente institucional, nos marcos das brechas do atual sistema político, com programa rebaixado e alianças amplíssimas com setores de centro e centro-direita, não foi capaz de deter o Golpe de 2016, a prisão de Lula e a fraude eleitoral de 2018. Os dados apontam inclusive para uma perda significativa dos votos do PT junto à classe trabalhadora em grandes centros urbanos do país, e uma crônica incapacidade de mobilização social dos segmentos populares que nos dão sustentação eleitoral.

26. As consequências do Golpe somadas aos resultados eleitorais das eleições municipais de 2016, contribuíram para que a insatisfação da base crescesse ainda mais, levando a uma inflexão na posição da maioria da direção do partido. O 6º Congresso foi responsável por unificar o Partido no enfrentamento de curto prazo ao Golpe e a sua agenda de retrocessos na democracia e direitos fundamentais, econômicos e sociais do povo brasileiro. Mas não alterou significativamente a vida de nossos diretórios e instâncias, não alterou a dinâmica de nossos mandatos e governos.

27. As principais decisões do 6º Congresso visando a democratização da vida partidária, a participação de filiados e filiadas no processo decisório, a revisão dos desmandos autoritários promovidos por maiorias eventuais, a avaliação das fraudes naquele PED e a própria revisão desse mecanismo de eleição de direções foram bloqueadas pelo núcleo dirigente nacional da corrente majoritária, e devem, portanto, ser retomadas neste 7º Congresso.

28. Nosso sistema político interno é permeado por inúmeros vícios, déficits de legitimidade e transparência. Temos um formato de escolha das direções que reforça assimetrias por meio do abuso do poder econômico e da falta de nitidez, reduz o poder de instâncias intermediárias e contribui para transformar o filiado em mero homologador das



decisões das direções. O volume de denúncias de irregularidades e fraudes, bem como os impasses internos que paralisam e dividem o Partido, aumentou significativamente nesse PED de 2019, e tanto a contestação dos resultados quanto os trabalhos de averiguação das denúncias pela Comissão de Verificação constituída pela Executiva Nacional do PT devem ser objeto de reflexão deste 7º Congresso, sob pena de ameaçar – como em alguns estados potencialmente acontece – a unidade orgânica do Partido.

29. O PT precisa rever seu formato de eleição das direções e organizar de forma transparente e participativa suas finanças. Urge que realizemos uma revolução organizativa no partido, centrada na participação política, na democratização e no enraizamento. Precisamos de núcleos ativos (inclusive digitais), do aprofundamento da comunicação a serviço da organização política, organização efetiva e voltada para a base, bem como novos métodos de tomada de decisão.

30. Em tempos de crise e polarização, é necessário nitidez e consistência em nossas utopias, ideais e propostas. O projeto socialista, feminista e antirracista do PT, como direção política e representação dos interesses de classe e da luta anticapitalista d@s trabalhadores, da luta das mulheres contra o patriarcado e das lutas de negr@s e indígenas por igualdade racial, deve ser o ponto de partida para uma ampla reorganização do Partido.

31. À luz desses desafios o 7º Congresso convoca, para 2021, uma Conferência Nacional de Organização do PT, para substituir o Processo de Eleições Diretas do PT por um sistema eleitoral novo, a ser implementado já para a renovação das direções partidárias de 2023, que tenha como base três diretrizes a serem construídas desde o início da gestão do novo diretório nacional:

- a) Integração de todos os nossos dados por meio digital para dar um salto de qualidade em nossa organização, sistemas eficazes de comunicação em rede, arrecadação e prestação de contas, controle de filiações e listagens, atualização de dados cadastrais de filiados e sincronização de envio de mensagens por linhas de transmissão, que dialoguem entre si e signifiquem um avanço civilizatório nas relações internas e na eficiência de nossa política de organização.
- b) Resgate da democracia participativa no PT, pois nosso Partido não pode mais considerar o PED a cada quatro anos como ideal de participação. É preciso realizar

consultas plebiscitárias ou referendos de decisões da direção nacional, com amplos debates nos Estados e por meio virtual, sobre temas relevantes da política nacional. Realizar cursos de formação presenciais e por meio virtual para que filiad@s se tornem militantes, militantes se organizem e se tornem dirigentes.

- c) Substituição do PED por um novo sistema eleitoral, com base na boa tradição dos encontros presenciais de base abertos a todos os filiados e filiadas aptos a votar, em dia com suas contribuições financeiras partidárias, que debatem a política e elegem as direções municipais e delegados e delegadas ao Encontro Estadual. O mesmo processo se dá no plano dos estados, que elegem suas direções em encontro presencial e tiram os delegados e delegadas ao Encontro Nacional. Dessa maneira é possível resgatar o caráter militante dos encontros e constituir direções proporcionais e democráticas a partir do acúmulo do debate político travado entre teses e chapas construídas no calor da participação militante.

32. É preciso ter como meta o autofinanciamento do partido como meio fundamental de construção da nossa autonomia perante o Estado e o capital, bem como democratizar e dar transparência às finanças. Retomar o Estatuto de 2001, com um efetivo Conselho Fiscal e algum tipo de Orçamento Participativo do PT, sendo o primeiro passo para assegurar a gestão colegiada e democrática dos nossos recursos a imediata substituição das Secretarias de Finanças do PT por Comissões de Finanças e Planejamento,

33. No que diz respeito às eleições de 2020, após um balanço da direção eleita sobre a aplicação dos recursos do Fundo Eleitoral de 2018, a atual Direção estabelecerá um critério objetivo para a distribuição dos recursos do Fundo Partidário nos municípios em que tenhamos candidatura própria a Prefeit@ e chapa de vereador@s, deixando aos Diretórios Estaduais a definição, em conjunto com a Direção Nacional, de prioridades que poderão receber recursos adicionais para as campanhas de 2020. Especial atenção se dará à prestação de contas dessas campanhas, de modo a garantir que a participação do PT nas eleições de 2020 se diferencie dos problemas que partidos menos orgânicos terão em dar destino legal e ético aos recursos de financiamento público das eleições municipais.

34. É preciso resgatar a participação militante no financiamento do Partido, lançar campanhas por meio virtual para financiar iniciativas, prestar contas para dar segurança a quem doou de que o dinheiro está sendo bem usado, organizar eventos de arrecadação,

massificar as cotizações via SACE e cobrar a contribuição estatutária de parlamentares, assessores, membros das administrações petistas e dirigentes. A prestação de contas deve ser um instrumento permanente de diálogo com a base de filiados e filiadas sobre a necessidade de busca da autonomia financeira e auto sustentação do Partido, num cenário em que devemos impedir o retrocesso de qualquer tipo de legislação favorável ao retorno do financiamento privado ou de fechamentos institucionais promovidos por atos de força do Executivo, por mudanças legislativas ou decisões judiciais de criminalização da política e da esquerda no país.

35. A começar das sedes nacionais e estaduais, todas as sedes do PT devem se transformar em espaços políticos e culturais vivos, efervescentes de atividades com a juventude, com os movimentos sociais, com os filiados e filiadas. Vamos entregar a chave de nossas sedes a coletivos culturais e de juventude, abri-las nos fins de semana e à noite para múltiplas atividades, festas, almoços, jantares, apresentações culturais, saraus, debates.

36. É responsabilidade de cada Diretório de base, municipal ou zonal, constituir comitês de luta com ampla participação social, abrindo espaços para a participação suprapartidária e cidadã em defesa da democracia e da plena liberdade de Lula com anulação dos processos inquisitoriais da Lava-Jato. A campanha deve se enraizar em cada município em que o PT está organizado, fortalecendo a frente de esquerda, a relação com os movimentos sociais e a mobilização social de nossa base partidária.

37. Todo apoio à organização setorial e à nucleação de base do Partido. Um partido sem base pode ser só um gigante de pés de barro. Os núcleos, presenciais e virtuais, devem não apenas ser estimulados por meio de palavras, mas retomar seu papel na estrutura decisória do partido, medida que, aliada a uma campanha permanente de nucleação e formação política, poderá trazer de volta um dos elementos mais inovadores e democráticos da constituição do PT. Os Setoriais Nacionais devem ser apoiados numa campanha permanente de nucleação setorial que promova seu enraizamento no âmbito municipal. Na renovação das direções setoriais, estaremos organizados e com um debate acumulado na base sobre as políticas de cada setor, e já teremos condições de contribuir com os programas das candidaturas municipais em 2020. Dados os ataques fundamentais aos direitos humanos, o 7º Congresso reconhece o caráter de Secretaria Setorial ao Setorial Nacional de Direitos Humanos e fortalece seu compromisso com a construção de uma política de defesa e promoção dos direitos humanos contra o obscurantismo e o totalitarismo do projeto dominante nas instituições do Estado brasileiro

38. O 7º Congresso convoca para 2020 o Congresso de reconstrução da JPT e coloca em debate com a juventude, até a Conferência Nacional de Organização do Partido em 2021, o caráter de nossa organização juvenil. O caráter da renovação geracional do nosso Partido, a relação da juventude petista com os movimentos sociais da juventude, a desburocratização da JPT e a construção de um instrumento efetivo de organização de massa da juventude petista do país devem ser amplamente debatidos no processo de preparação e no Congresso da JPT, e seus resultados devem ser levados ao maior número de jovens para que nosso Partido seja efetivamente o espaço de formação e construção militante da juventude de esquerda que busca o PT para sua participação política.

39. O 6º Congresso Nacional do PT deixou, em sua resolução sobre construção partidária, um conjunto de questões sobre nossa estrutura e organização para aprofundamento e decisão do Diretório Nacional que encerra seu mandato neste 7º Congresso. São questões de relevância para o fortalecimento do PT, para a participação social da base petista nos rumos da direção. Permanecem atuais, pois não foram enfrentadas na atual direção e continuam nos desafiando a ousar em nosso processo de renovação como partido socialista, de massas e democrático com vocação para a luta pelo poder e a revolução social no Brasil. Assim, o 7º Congresso deve pautar esses debates e remetê-los para deliberação na Conferência Nacional de Organização de 2021 e no Diretório Nacional eleito neste Congresso, avançando no fortalecimento do nosso Partido para lutar pelo socialismo democrático.



Chapa Número 210

Diálogo e Ação Petista no 7º Congresso
Pela mais ampla unidade e pelo fortalecimento do PT!
Em defesa dos trabalhadores e da democracia!
Lava Jato é fraude! Lula Livre já!
Pelo fim do governo Bolsonaro!

Representantes: Markus Sokol, Luiz Eduardo Greenhalgh e Misa Boito

Apresentação: Lula foi solto em Curitiba há 72 horas, com tudo o que isso significa, mas para aguardar o julgamento da condenação na última instância. Na Bolívia, há 24 horas, um golpe levou à renúncia de Evo Morales. No Chile, amanhã, se prepara uma greve geral massiva com a Constituinte na pauta. É nestas condições que se realizará o 7º Congresso do PT e se inscreve esta tese do Diálogo e Ação Petista.

Na verdade, no Brasil, segue o Estado de Exceção. Nada foi provado contra a inocência de Lula nos vários

processos manipulados e arbitrários em curso. A democracia exige a Anulação deste julgamento e todos os processos contra Lula, com a punição dos responsáveis pelas arbitrariedades e abusos da Operação Lava Jato. Só assim se avançará para o restabelecimento dos direitos do povo, conspurcados desde o golpe do impeachment.

A Bolívia nos mostra que é continental a reação das classes dominantes que não respeitam as regras da democracia para impor governos dóceis e servis aos ajustes de privatizações exigidas pelo imperialismo.

O Chile, país que foi mais longe neste caminho, comprova que os trabalhadores e o povo encontrarão o caminho para reconquistar seus direitos e estabelecer a soberania nacional.

O Partido dos Trabalhadores deve refletir sobre essas experiências, e sobre a sua própria experiência no governo federal, para realizar a sua vocação de ser um instrumento da luta do povo brasileiro!

- **Pela mais ampla unidade pelo fortalecimento do PT!**
- **Em defesa dos trabalhadores e da democracia!**
- **Lava Jato é fraude! Lula Livre!**
- **Pelo fim do governo Bolsonaro!**

O desemprego e o desalento batem recordes. Cresce a informalidade e a precarização. Cai o poder aquisitivo dos brasileiros. 14 milhões vivem na “pobreza extrema” com menos de R\$ 5,00 por dia. Depois dos últimos anos de degradação econômica e social, a situação



agora já beira ao desespero em certos setores sociais. Após 11 meses desse governo antipopular e antinacional, aponta no horizonte uma convulsão social, em prazos e ritmos que não prevemos.

Aprofunda-se o Estado de Exceção que rompeu o Estado de Direito há três anos, no golpe parlamentar do impeachment, organizado nos segmentos jurídico e militar das instituições de Estado – os mesmos que mantiveram Lula preso 580 dias em Curitiba -, com apoio midiático, judicial e empresarial. Instituições podres e incapazes de defender nosso patrimônio na Amazônia, ou de proteger o litoral no Nordeste da poluição do óleo.

Por outro lado, ao longo do ano, ocorreram extraordinárias manifestações em centenas de cidades, nas quais o PT se engajou, contra os cortes orçamentários e na educação, contra as medidas obscurantistas e entreguistas, e, sobretudo, contra a reforma da Previdência de Bolsonaro. Encontrarão muita resistência as suas quatro novas contrarreformas para viabilizar o bloqueio de gastos por 20 anos, acelerando privatizações, desmantelando serviços públicos e criando o trabalho sem direitos (“carteira verde amarela”).

As mobilizações comprovam uma disposição de luta e resistência popular.

Sem dúvida, essas lutas integram a resistência mundial mais ampla à política do imperialismo que, apesar de todas as dificuldades, com altos e baixos, se desenvolve na luta dos povos nas condições de cada país. Com realismo, vemos que no último ano, se produziram vários casos de explosões sociais, algumas delas revolucionárias – Argélia, França, Líbano, Iraque, Haiti, Equador, Iraque e Chile são alguns desses casos.

A realidade é que a crise do capitalismo – o regime da grande propriedade privada dos meios de produção – na lógica do mercado financeiro, leva à redução do custo do trabalho, à desregulamentação, à privatização e, agora, à “uberização” da economia, com uma nova onda de desindustrialização e um aumento do parasitismo. O que agrava a redução das despesas sociais e o sacrifício dos direitos, em nome do pagamento da dívida pública aos bancos. Ao mesmo tempo, fragilizam-se os Estados nacionais que se querem reduzir apenas à tarefa de manutenção da ordem. São todos fatores que levam à reações sociais de grande magnitude.

É verdade que um fator de desestabilização da ordem mundial é a ofensiva dos EUA de Trump, a indução à uma “guerra comercial” com a China, e a multiplicação de conflitos

geopolíticos (Curdistão, Irã etc.). É certo também que, na América Latina, desde Obama e depois com Trump, aumentou a espoliação econômica, com o recurso aos golpes de Estado jurídico-parlamentares-midiáticos, para instalar governos dóceis e submissos aos “ajustes” sem fim, exigidos pelo mercado financeiro.

Mas a teoria de que os povos se inclinam “à direita”, ao “neofascismo” etc., no Brasil como no mundo, serve também, para encobrir a responsabilidade ou a impotência de certas forças políticas. Há também descrédito das forças políticas, e das organizações sindicais, que se acomodam e se adaptaram ao sistema decadente, ao invés de abrir uma saída, o que cria um perigoso vácuo. Mas a luta de classes não para. Novas forças sociais, em novas formas de luta e de resistências se põem em marcha!

Na América Latina, além das explosões que marcam a cena – com o Chile colocando nas ruas a exigência de uma Constituinte Soberana para enterrar as instituições herdadas de Pinochet -, temos, no terreno eleitoral, o registro, já ano passado, da grande virada do México com a derrota do candidato pró-EUA. Mais recentemente, as forças reacionárias foram derrotadas na Argentina e inicialmente na Bolívia – onde agora viraram a mesa. Enquanto isso segue a difícil resistência na Venezuela, apesar do bloqueio imperialista.

Fica claro que, dada a natureza da crise mundial, a ofensiva dos EUA e a ausência de qualquer margem para a “conciliação” (como na época da alta das commodities depois de 2000), nessas condições, a história de há 20 anos na América Latina não vai se repetir.

O PT deve refletir, aprender com suas próprias experiências no governo, erros e acertos, e se preparar para o enfrentamento dessa nova situação. Afinal, a nossa base social vive no Brasil esse mesmo drama mundial. Ela precisa do PT com uma nova direção unida sobre as questões vitais, com uma visão estratégica, mas distante de certas ilusões políticas que podem ser mortais nesta conjuntura.

Assim, poderemos ajudar realmente à autodefesa do povo da sanha desse governo – que só faz endurecer e radicalizar cada vez mais – a serviço das corporações capitalistas.

Para isso, o PT tem que capacitar a sua organização para o dia-a-dia das lutas populares e não apenas para eleições. Reconstruir sua relação com os trabalhadores e o povo e, assim, se colocar à altura para resistir à perigosa degradação institucional autoritária do regime.



Está claro que Bolsonaro se prepara para uma aventura autoritária, de tipo “bonapartista”, ao tentar construir um movimento de rua de extrema-direita, por cima das próprias instituições de Estado (Congresso, Judiciário e Exército) que forjaram a fraude que excluiu o favorito no 1º turno, Lula, e lhe deu a vitória.

Estamos certos que é possível e necessária a unidade partidária para enfrentar e derrotar Bolsonaro!

O PT se coesionou na oposição ao governo obscurantista e autoritário de Bolsonaro. O PT enfrentou a reforma da Previdência e sua bancada na Câmara votou em bloco “Não”, quando a CUT chamou uma greve geral contra a reforma, mesmo se não conseguiu derrotá-la. O texto era uma inaceitável redução de direitos, mesmo se, em razão das lutas, caíram itens importantes (como a “capitalização” à chilena). Agora, está colocada a luta pela sua Revogação, assim como contra a sua extensão para Estados e municípios.

Aliás, é preciso dizer que foi negativa a ação de três governadores – da Bahia, do Ceará e do Piauí – que pediram voto a favor da PEC 06, para deputados de outros partidos da sua base estadual. E é, em particular, inaceitável a atitude do governador Rui Costa que se mantém na pauta da conciliação, e se lança candidato em 2022, às costas do PT e às expensas da prisão de Lula – uma vergonha que o 7º. Congresso discutirá.

Por outro lado, o PT também se engajou no movimento de estudantes, funcionários e professores em defesa da educação – do ensino básico às universidades, ensino médio e institutos técnicos -, em defesa da pesquisa e da ciência, e contra o projeto privatizador do governo, o Future-se.

Mas, agora, ao eleger a nova direção partidária, é preciso mais, é preciso desenvolver uma firme orientação para o partido, capaz de dialogar permanentemente com a nossa base, ao mesmo tempo em que devemos apresentar propostas – algumas das quais constam do Plano Emergência de Emprego e Renda (PEER) - capazes de tirar o país da crise o quanto antes.

Sete pontos para o 7º Congresso

1) É central a luta **pelo fim do governo Bolsonaro**, em defesa dos direitos e da democracia no país. Ela se concentra na **exigência do Lula Livre com a anulação dos processos** arbitrários e manipulados contra Lula, e com a responsabilização dos atropelos

jurídicos cometidos pela Operação Lava-jato, sob o comando do ex-juiz Moro e seus asseclas no Ministério Público e na Polícia Federal – abusos agora escancarados pelas revelações do The Intercept.

Esse é um governo autoritário, que quer amputar os sindicatos, criminalizar os movimentos populares e esmagar a liberdade de imprensa. Mas é frágil pela sua origem na fraude – com o “law fare” para a prévia prisão de Lula, e depois as “fake news”. Hoje, ele tenta forjar um movimento de rua de extrema-direita para sustentar seu discurso, intimidar e quebrar as organizações de classe que estão aí, e destruir ou ilegalizar o PT.

Na luta contra esse governo, não cabem ilusões na cúpula militar. Um impeachment para alçar o vice-presidente, general Mourão, resultaria na aplicação do mesmo programa reacionário para o povo. Os generais foram selecionados no bojo da equivocada ocupação militar do Haiti (Minustah). Depois, nas operações de GLO (“Garantia de lei e ordem”) nos morros, agiram com os métodos genocidas das PMs contra negros e pobres.

2) Sair da crise passa por defender a Soberania Nacional e **resgatar as estatais estratégicas** para o nosso desenvolvimento – a reestatização da Vale, avalizada no apoio do relatório da CPI da Vale, é uma questão de vida para os trabalhadores e o povo do entorno, e para a preservação ambiental. Assim como a recuperação da Petrobras e do marco regulatório do Pré-sal são vitais para o futuro da nação, como também a defesa da Eletrobras, dos Correios, do Banco do Brasil, da CEF e de outras empresas ameaçadas de privatização pelo entreguista Bolsonaro.

3) Sair da crise passa por superar a estagnação que agiganta o **desemprego e o desalento** e combater a enorme desigualdade social. Isso passa por uma política para o mercado interno que recupere o reajuste real do salário mínimo, e enfrente a exigência do mercado financeiro de superávit fiscal primário, um legado do FMI em favor dos pagamentos das dívidas aos bancos, e em detrimento dos investimentos sociais. Aí, se coloca a derrubada dos juros e o controle de capitais contra a especulação, assim como a revisão das isenções e incentivos fiscais que sangram os Orçamentos.

4) Para sair da crise é preciso um outro governo: um **governo democrático e popular encabeçado pelo PT**, com Lula Livre, que restabeleça os programas sociais legados por nossas administrações – dos quais nos orgulhamos, desde o Mais Médicos até a expansão conquistada das Universidades Públicas, que retome a demarcação das terras indígenas,



combata o desmatamento e defenda a Amazônia de forma soberana e não “internacionalizada”; que revogue a reforma trabalhista, o teto de gastos (Emenda Constitucional 95), a DRU (Desvinculação das Receitas da União), e todos os decretos anti-povo de Temer, de Bolsonaro, de Moro e de Guedes.

5) Para isso e para as reformas necessárias ao desenvolvimento soberano – como a reforma agrária, da mídia, jurídica, tributária, e, inclusive, militar -, é necessária uma profunda reforma política do Estado que mude radicalmente as atuais instituições cúmplices do golpe. O meio democrático é através de uma **Assembleia Constituinte Soberana**, a ser convocada com a legitimidade de um novo governo e Lula Livre. A experiência mostra que pela conciliação não se avança, e que adiar as reformas populares dá mais tempo ao inimigo.

6) Nas próximas eleições municipais, o PT deve lançar **candidaturas próprias** onde for possível, numa frente anti-imperialista contra Bolsonaro e os golpistas. São necessárias alianças programáticas, com base numa plataforma de governo que contemple as demandas mais imediatas do povo, alianças “anti-imperialistas” nos termos do 6º Congresso do PT, com partidos como PCdoB e PSOL e também setores populares do PSB, PDT e outros. Há que abandonar o aliancismo conciliador que tanto mal nos fez, e tenta voltar a flertar com políticos que se “arrependeram” do apoio dado a Bolsonaro. A verdade é que uma frente não será “de esquerda” nem “ampla”, se não trazer as principais reivindicações do povo e a exigência Lula Livre.

7) Está na ordem do dia, do 7º Congresso, aprofundar o caminho aberto **no 6º Congresso, na defesa do PT** como partido democrático, popular e socialista, onde a direção preste contas de seus atos aos militantes e filiados.

Organização do PT

Nós defendemos a volta dos Encontros de delegados para deliberação e eleição das direções, convencidos de que o Processo Eleitoral Direto (PED) se liga ao enfraquecimento do partido, visível em muitos diretórios, inclusive nos principais Estados.

Respeitamos a regra do jogo que não criamos, o PED, outra vez remetido a um plebiscito futuro. Mas vemos que, concluído este PED, onde direções de tendência e grupos legítimos articularam teses e chapas, mais de 2 milhões de filiados mal tiveram ecos do processo, tendo 350 mil deles votado no dia 8 de setembro.

Afinal, como não se enfraqueceria um partido socialista, com a exponenciação do número de filiados, muitas vezes de forma clientelista? E como podem nossos filiados controlar o partido, se são dispensados de seu financiamento, início de qualquer controle real pelas bases? Que democracia real resta no PED com tão pouco debate? E que igualdade há na disputa interna, se não se respeita nem a regulamentação estatutária do Fundo Eleitoral Exclusivo para o financiamento das chapas?

Nós apoiamos a proposta de mandar um fórum para apresentar as bases da reforma da estrutura do PT, após um processo de consulta dos filiados, com contribuições até maio de 2020, quando será submetido à deliberação do Diretório Nacional, por uma maioria qualificada de 2/3 dos membros.

Sim, é preciso renovar a direção. É preciso atualizar a compreensão comum da conjuntura saída das eleições de 2018. É preciso avaliar os acertos e erros da nossa trajetória no BALANÇO dos 13 anos de governo do PT, como se apenas começou a fazer no 6º Congresso.

Precisamos de uma direção com essa disposição. Uma direção comprometida com os nossos militantes e as nossas bancadas, voltada para a luta de classes, não para uma “federação de mandatos” como, infelizmente, nos encontramos agora.

Precisamos de uma direção que não terceiriza nossas posições para quaisquer frentes. Uma direção que compreende a necessidade de frentes pontuais com setores sociais diversos por reivindicações concretas, e a distingue da política mais ampla de frente única pela democracia (com a inegociável exigência de liberdade para Lula), que é inseparável da defesa dos direitos sociais do povo brasileiro. Nossos dirigentes não tem o que fazer na frente “Direitos-Já” – sem Lula Livre nem direitos concretos para o povo – que serve para tentar limpar a cara de certos partidos golpistas em crise, como o PSDB.

Somos defensores dos direitos constitucionais conquistados, mas não nos confundimos com a defesa como tal da Constituição de 1988, contra a qual o PT votou à época, que depois foi paulatinamente emendada sempre para pior, e hoje sustenta as instituições golpistas que prenderam Lula 580 dias.

No respeito da autonomia entre partido e sindicato, o PT tem uma responsabilidade na difícil situação do sindicalismo depois do golpe. A grande maioria dos sindicalistas do PT intervém

na CUT e seus sindicatos filiados. Eles e as secretarias sindicais do PT, devem ajudar a CUT a retomar o protagonismo em acordo com seus princípios: um sindicalismo independente dos patrões e governos, baseado na adesão voluntária (sindicalização), na luta pela liberdade e autonomia sindical, voltado para a luta de classe. Não existe atalho. A CUT deve enraizar-se, de novo, na base, financiar-se pela contribuição voluntária, e adaptar sua estrutura a isso. Mais do que nunca a CUT é necessária para lutar por salário, emprego e direitos.

A bancada do PT deve estar ao lado da CUT contra a PEC da “reforma sindical”. Seu objetivo é fragmentar os atuais sindicatos e limitar as convenções coletivas apenas aos associados. Temos que barrar esta contrarreforma, contrapondo as Convenções da OIT, como a 87 que garante a liberdade e autonomia sindical onde são os trabalhadores que decidem sobre a sua organização sindical, e exigir a proteção aos dirigentes eleitos com a penalização das ações antisindicais dos empregadores. O PT deve recusar qualquer acordo com centrais ou parlamentares que não contemplem esses pressupostos, posições históricas do PT e da CUT.

Nós acreditamos que é preciso investir na construção partidária e retomar uma política de construção dos Núcleos de base. Mas é necessário, também, renovar a organização partidária.

Aqui, sem secundarizar as questões relativas às Mulheres, aos LGBT, às secretarias de Movimentos Populares, de Formação e de Comunicação, levantamos dois pontos:

- A** – Apoiamos a proposta da evolução da Juventude do PT para ser reconhecida como uma **organização partidária de juventude autônoma**. A juventude não deve estar dispersa por cotas numa multitude de diretórios, às vezes indicadas por mandatos, diluindo-se como sujeito histórico. A JPT deve se construir como uma estrutura ligada ao partido, mas autônoma, com arrecadação própria – incluindo uma dotação do Orçamento do partido -, e com orientação e organização próprias, em todos os níveis. A juventude deve poder pensar com a sua cabeça e caminhar sobre as próprias pernas, e isso vai fortalecer o PT.
- B** – Apoiamos a discussão aberta por negros e negras do PT para terem uma organização própria no PT. Uma **Secretaria Negra**, com todas as letras. Isto é, sem a capa do “Combate ao Racismo” que remete a outras discriminações “raciais” e não é o limite da causa negra. Uma Secretaria Negra não segrega, ao contrário, afirma a

plena legitimidade dessa causa, fraternalmente inscrita na estrutura do partido. Por outro lado, a discriminação não é uma questão menor, mas a questão negra é maior, incluindo problemas como o da titulação dos quilombos, uma questão de propriedade, e outros pontos a serem tratados integralmente. Afinal, “capitalismo e racismo são faces da mesma moeda” (Steve Biko).

Companheiras e companheiros,

Sim, é possível vencer a batalha e dar conta das tarefas. E vamos fazê-lo. O povo brasileiro começou a mudar nas ruas a relação de forças institucional das urnas.

Sim, é possível fazer o PT assumir o protagonismo que os trabalhadores reconhecem em nosso partido. Na luta social, popular, democrática e no parlamento, e sem admitir vetos oportunistas a nosso partido. É o que o povo espera e as elites temem: o PT forte, coeso e ativo! E nas lutas. Sempre.

O Diálogo e Ação Petista (DAP) renova aqui **o chamamento político a todos (as) petistas a conformar a unidade, a mais ampla possível por uma plataforma** à altura dos desafios que colocados para nós.

Sim, é possível vencer Bolsonaro e os golpistas. E vamos fazê-lo!

Nos 40 anos, lembramos e reafirmamos Manifesto de Fundação do PT:

“O PT afirma seu compromisso com a democracia plena e exercida diretamente pelas massas. Neste sentido proclama que sua participação em eleições e suas atividades parlamentares se subordinarão ao objetivo de organizar as massas exploradas e suas lutas”.

À luta companheiras e companheiros. Viva o Partido dos Trabalhadores!

São Paulo, 11 de novembro de 2019

Comitê Nacional do Diálogo e Ação Petista



Chapa Número 220

Em tempos de guerra, a esperança é vermelha

Representantes: Natália de Sena, Valter Pomar e Patrick Campos Araújo

Vivemos tempos de guerra. Guerra de ricos contra pobres. Guerra de empresários contra trabalhadores. Guerra do agronegócio contra os camponeses, indígenas e quilombolas. Guerra de latifundiários urbanos contra o povo sem teto. Guerra de especuladores contra aposentados. Guerra de machistas contra as mulheres. Guerra de racistas contra negros e negras. Guerra dos intolerantes contra as LGBT. Guerra de conservadores contra a juventude. Guerra de fascistas contra as liberdades democráticas. Guerra da ignorância contra a cultura e a educação libertadoras. Guerra dos imperialistas contra as nações periféricas. Guerra do capitalismo contra a humanidade. Guerra da morte contra a vida.

A classe trabalhadora, o povo pobre, camponeses, indígenas, quilombolas, sem teto, aposentados, mulheres, negros e negras, LGBT, juventude, democratas, povos de todo o mundo precisamos vencer esta guerra. Só assim teremos um mundo em que caibam todas e todos, igualdade, liberdades democráticas, soberania, integração, outro mundo possível, o socialismo. Ou vencemos esta guerra, ou será a barbárie.

Nossos inimigos têm a seu favor o Estado, os grandes meios de comunicação, o poder econômico, a manipulação de corações e mentes. Nós, das classes oprimidas e dominadas, temos a nosso favor a organização. É a organização que nos permite conscientizar, mobilizar, lutar, resistir; que nos permite, mais cedo ou mais tarde, conquistar o poder para as classes trabalhadoras poderem construir um novo Brasil e um novo mundo.

Quando criminalizam o pensamento de esquerda, reprimem os movimentos sociais, sufocam o sindicalismo, matam Marielle, prendem Lula, tentam cassar a legenda do PT, nossos inimigos buscam inviabilizar a organização da classe trabalhadora. Frente a cada um destes ataques, nossa resposta é e continuará sendo organizar um partido para tempos de guerra.

Se quisermos vencer, devemos começar nos libertando de todas as ilusões. A ilusão dos que acreditavam que se a esquerda desistisse da revolução e do poder, a direita desistiria dos golpes e das ditaduras militares. Que se desistíssemos da expropriação dos capitalistas, estes aceitariam a distribuição de renda e poder. Que se deixássemos de lado o antiimperialismo, os Estados Unidos e seus amigos aceitariam a integração regional e respeitariam nossa soberania. Que se a esquerda fosse a campeã do republicanismo e do “estado de direito”, o outro lado abriria mão do “estado da direita”.



O que aconteceu? O golpe de 2016, Lula preso e um cavernícola na Presidência. Apesar disso, há setores que se recusam a fazer a autocrítica das ilusões! Dizem que o golpe foi causado porque não soubemos “dialogar”; que as forças armadas apoiaram o golpe porque foram “provocadas”; que a condenação e prisão de Lula foram obra apenas de Moro e Dallagnol, não do “partido do judiciário”, do “partido da mídia” (Globo à frente), do “partido dos generais” e do Grande Capital. Que Haddad seria eleito se atraísse o “centro”; que o governo de Bolsonaro é frágil; que a libertação de Lula depende apenas de convencer este ou aquele juiz; que o grande empresariado já se deu conta de que era feliz e não sabia.

A cada derrota, os semeadores de ilusões buscam novas. Não conseguem perceber que na luta de classes vale a máxima: “Se queres a paz, prepara-te para a guerra”. Lula pode ser libertado, Bolsonaro pode ser derrotado, nossos inimigos podem ser divididos, podemos derrotar a direita nas eleições de 2020 e 2022, podemos voltar a governar o país. Mas para isso só há um caminho: lutar, lutar e lutar. E os que vivem no mundo das ilusões não conseguem lutar adequadamente.

A luta será mais ou menos longa, a depender do que ocorra no mundo; das divisões na coalizão golpista; e, principalmente, de nossa capacidade de conscientizar, organizar e mobilizar a classe trabalhadora.

O 7º Congresso será palco de muitas batalhas: da democracia contra a fraude; do partido de luta, contra a legenda eleitoral; do partido antissistema, contra a politicagem tradicional e fisiológica; da oposição radical, contra a frouxidão; das reformas estruturais e do socialismo, contra a social-democracia e o social-liberalismo. Além disso, o 7º Congresso será uma batalha entre quem cultiva ilusões e quem semeia esperanças.

Poder, reformas e socialismo

O golpe de 2016 confirmou que o fato de termos conseguido vencer por quatro vezes as eleições presidenciais não quer dizer que o PT e a classe trabalhadora tenham chegado ao poder. O golpe confirmou que para defender um governo eleito é essencial combinar luta institucional com mobilização social e disputa cultural. O golpe confirmou que para transformar o Brasil não bastam distribuição de renda, políticas públicas e sociais: são necessárias reformas estruturais, que reduzam substancialmente o poder econômico e político dos capitalistas, inclusive para impedir golpes que não apenas desfazem os avanços, como também nos empurram de volta para uma situação em parte similar ao Brasil dos anos 1920:

um país subalterno, de economia primário-exportadora, desindustrializado, a questão social tratada como “caso de polícia”, um Estado de exceção com forte influência dos militares.

Alguns setores argumentam que entre 2003 e 2014 não havia correlação de forças para fazer muito além do que se fez: disputar eleições, governar, implementar políticas públicas que tiraram dezenas de milhões do Mapa da Fome, ampliaram o acesso a educação, a moradia, a luz, geraram renda e empregos, fortaleceram a soberania e a integração. Argumentam que se tivéssemos tentado implementar reformas estruturais, teríamos sido derrubados!

Acontece que disputamos as eleições presidenciais em 1989, 1994 e 1998 e ganhamos as de 2002, 2006, 2010 e 2014; não fizemos nada além do permitido pela Constituição e, em muitos casos, ficamos aquém do que a Constituição previa. Mesmo assim o governo encabeçado pelo PT foi derrubado. E desde o golpe, a classe dominante vem tomando novas medidas com o intuito de impedir que possamos disputar eleições, assumir governos e implantar políticas públicas transformadoras.

O PT precisa adotar uma nova estratégia, adequada a esta nova situação. Ou seja, articular de uma nova maneira a luta cultural, a luta social, a luta eleitoral-institucional, a auto-organização da classe, as relações internacionais, a política de alianças, o programa e a questão do poder:

- 1) Compreender que estamos numa época internacional de crises, guerras e rupturas, que torna ainda mais atual a luta pelo socialismo. O PT é um partido socialista, luta contra a exploração do trabalho pelo capital, defende a derrota e a superação do capitalismo. A crise internacional de 2008 demonstrou que o capitalismo segue extremamente instável, propenso a crises brutais, que se desdobram em “guerras” comerciais, políticas, culturais — e guerras propriamente ditas. Essa crise também revelou que o capitalismo neoliberal é incapaz de reformar a si mesmo: é cada vez menor a chance de convivência pacífica entre, de um lado, o capitalismo, e de outro lado as políticas de bem estar social e as liberdades democráticas. Assim como é cada vez menor a chance de convivência pacífica das grandes potências entre si e destas com os países periféricos. As lutas entre as classes sociais dentro de cada país, bem como as disputas e conflitos entre os Estados nacionais, tendem ao acirramento. Parte da esquerda brasileira não acredita nisto. Por isso, deixa o socialismo na “fila de espera”. Antes de 2008, fazia isso porque considerava que o socialismo não seria necessário ou

pelo menos não seria urgente. Afinal, estaríamos conseguindo avançar, melhorar a vida do povo, ampliar as liberdades, afirmar a soberania, construir a integração regional, mudar pouco a pouco o mundo, mesmo sem tocar nas bases estruturais do capitalismo existente no Brasil. E agora, aquele setor da esquerda defende continuar mantendo o socialismo na “fila de espera”, porque pensa que a tarefa seria resistir, impedir o desmonte, recuperar o terreno perdido. E depois, quem sabe, quando tudo voltar ao normal, recolocar na ordem do dia bandeiras de mais longo prazo, como o socialismo. Os que pensam desta forma convertem o socialismo em absolutamente nada: não seria necessário quanto a classe trabalhadora está forte e não seria factível quanto está fraca. A experiência latino-americana (1998-2018) e a experiência da socialdemocracia europeia (1945-91) demonstram que a sobrevivência das reformas e dos avanços depende não do capitalismo, mas sim da correlação de forças entre capitalistas e classes trabalhadoras. E por mais que as classes trabalhadoras melhorem suas posições, se elas não avançarem sobre a propriedade dos meios de produção e dos instrumentos de poder, os capitalistas sempre terão os meios para “colocar as coisas no seu devido lugar”. Por isso é imprescindível adotar uma estratégia socialista, ou seja: uma estratégia que visa fazer a classe trabalhadora construir e conquistar os meios de produção e os instrumentos de poder;

- 2) Estabelecer como principal objetivo programático superar a desigualdade, o que passa por derrotar o capital financeiro, os oligopólios, as transnacionais, o agronegócio, colocando a economia brasileira sob controle da classe que realmente produz as riquezas: a classe trabalhadora. Apenas nestes novos marcos estruturais, que combinam medidas democrático-populares com medidas socialistas, nossas políticas públicas – como o Sistema Único de Saúde – terão pleno êxito;
- 3) Estabelecer como principal objetivo estratégico a conquista do poder, converter as classes trabalhadoras em classes dominantes, não se contentando em ser governo e sem ter ilusões no caráter supostamente neutro do aparato estatal. No Brasil, a classe dominante sempre controlou o poder de Estado, raramente tendo perdido o controle dos governos e parlamentos. Lutamos por um Estado de novo tipo, incluindo aí a democratização e regulação dos meios de comunicação, do sistema judiciário e das forças armadas, de tal forma que estejam a serviço da maioria da população brasileira. A classe dominante tem “DNA” golpista e não tem escrúpulos em violar a lei e reprimir com máxima violência para fazer valer a sua dominação. Também por isso a classe trabalhadora deve lutar pelo poder, não apenas pelo governo. E a luta

pelo poder só terá completo êxito quando a maioria do povo brasileiro fizer uma grande revolução política, social e cultural;

- 4) Abandonar a ilusão de que a classe capitalista, ou qualquer uma de suas frações, é ou pode vir a ser aliada estratégica das classes trabalhadoras. Não defendemos a construção de um “capitalismo nacional, democrático e popular”. A única aliança capaz de transformar o Brasil é a unidade entre a classe trabalhadora assalariada e a classe trabalhadora de pequenos proprietários;
- 5) Incluir em nossa política de alianças governos, partidos e movimentos de outros países, especialmente da América Latina e Caribe. Nossa história é marcada pela subordinação e dependência às potências estrangeiras: primeiro aos portugueses, depois aos ingleses, hoje aos Estados Unidos. Subordinação que sempre incluiu a colonização do pensamento! O caminho para superar esta situação é enfrentar o imperialismo, afirmando nossa soberania nacional em todos os terrenos: econômico, político, militar e ideológico. Privilegiamos a integração regional, reconstruindo instituições como Celac e Unasul e sustentando organizações como o Foro de SP. Devemos, também, estreitar relações com os países africanos, árabes e asiáticos; e valorizar os laços diplomáticos dentro do BRICS, com Rússia, China, Índia e África do Sul;
- 6) Travar a luta cultural, de ideias, de visão de mundo, a disputa de hegemonia necessária para construir uma consciência de classe socialista-revolucionária, democrática-radical e nacional-popular. O debate sobre a Previdência deixou clara a importância desta luta: vivemos para trabalhar ou trabalhamos para viver? A sociedade deve ser baseada na solidariedade ou é cada um por si? Outro exemplo é a luta pela liberdade de Lula e anulação de suas penas: para além da importância estritamente política, também possui enorme significado cultural. A prisão de Lula não visava apenas impedir a vitória eleitoral, ou reduzir a capacidade de luta contra as políticas do governo Bolsonaro. A condenação e prisão de Lula têm imensa carga simbólica: visam paralisar, amedrontar e desmoralizar a classe trabalhadora, por meio do encarceramento da figura que simboliza o que de mais avançado esta classe produziu desde os anos 1970. Por isso, a luta pela libertação de Lula e anulação de sua pena possui importância transcendental;
- 7) Entender que a luta social (a mobilização independente das classes trabalhadoras em torno de objetivos imediatos), a luta eleitoral (a disputa por espaços no aparato estatal)



e a ação institucional (dos mandatos, governos e outras instituições do Estado) são diferentes formas que a luta de classes assume, sendo necessário analisar concretamente a centralidade de cada uma e a relação entre elas, a cada momento dado. Hoje, a centralidade é da luta social. E nossa participação nas eleições de 2020 deve estar a serviço de uma tática nacionalizada de oposição radical ao governo Bolsonaro, com uma política de coligações eleitorais coerente com isso;

- 8) Priorizar a auto-organização independente das classes trabalhadoras. O caminho para mudar o Brasil passa pela luta contra os capitalistas e a principal arma da classe trabalhadora nessa luta é a organização: os sindicatos, os movimentos, as entidades estudantis como UNE, UBES e outras, o MST, a CUT, a Frente Brasil Popular e, com destaque, o PT. Todas as organizações do campo democrático, popular e socialista estão chamadas a mudar seus métodos de trabalho e atuação, especialmente em quatro terrenos: a) funcionamento e método de direção, b) organização de base e relação cotidiana com as classes trabalhadoras, c) mobilização e luta de massa, d) comunicação e formação política;
- 9) Construir uma frente popular que acolha todas e cada uma das lutas de todos os setores explorados, dominados e oprimidos. Nosso Partido luta pelos direitos das mulheres, especialmente das trabalhadoras! Defendemos os direitos dos negros e das negras, que constituem a maior parte da classe trabalhadora, lembrando que o Brasil é um dos países com maior número de afrodescendentes do mundo inteiro. O PT está engajado nas lutas pelos direitos das lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros, num dos países onde mais assassinatos são cometidos contra esses segmentos da população. Estamos na linha de frente das batalhas em defesa da juventude, num país em que grande parte da população tem menos de 30 anos, filhos e filhas da classe trabalhadora. O PT coloca-se ao lado dos povos indígenas, que desde a chegada dos invasores coloniais vêm sendo vítimas de expropriação, massacres e todo tipo de violência. O PT é parte integrante da luta dos quilombolas, dos Sem Teto e dos Sem Terra. O PT está engajado nas lutas ambientais, na defesa da apuração rigorosa e punição dos crimes de Mariana e Brumadinho; na defesa da Amazônia e do Cerrado contra a devastação promovida pelo agronegócio e pelo setor madeireiro; na luta pela reestatização da Vale. O PT reafirma o seu compromisso histórico com a luta pelos direitos humanos e com os avanços expressos no PNDH 3 e no relatório final da CNV: os crimes contra a Humanidade são imprescritíveis e devem ser punidos.

Organizar e enraizar o petismo

A questão organizativa central é nosso diálogo e enraizamento junto à classe trabalhadora. Temos uma classe trabalhadora diferente, mais precarizada, mais influenciada por pensamentos capitalistas e de direita. O desafio de organizar a classe trabalhadora inclui políticas de comunicação de massa e a construção de núcleos de base, casas do povo e centros culturais, enraizando o petismo nos locais de trabalho, estudo e moradia. Inclui políticas de assistência social e ação direta do Partido junto a quem foi empurrado para o desemprego e a miséria. Inclui, ainda, financiamento militante e de massa, bem como políticas permanentes de comunicação e de formação. Sem este nível de organização, não teremos nenhuma chance contra a operação que a máquina do Estado está promovendo contra a classe trabalhadora e contra o PT.

As instâncias partidárias devem ser capazes de agir no dia a dia da luta de classes, dirigindo um partido que faça política também nos anos ímpares, não apenas em anos de eleição. As direções atuais do PT não funcionam coletivamente, são pouco executivas, com dirigentes atuando como num parlamento. Para agravar, há governadores eleitos pelo PT que afrontam publicamente as posições do Partido, sem que a atual direção os enquadre. E há tendências que atuam como *partidos-dentro-do-partido*, convertendo o PT em mera legenda eleitoral e tratando a base como “massa de manobra”, convocada a cada quatro anos para eleger as direções e depois mandada de volta para casa.

Para poder dirigir a luta cotidiana e a luta pelo socialismo, o PT precisa ser de massas militantes, que participem de organismos de base, com acesso à comunicação e à formação política; que sustentem financeiramente o Partido; e que não apenas elejam, mas também controlem os parlamentares, dirigentes e figuras públicas do Partido. Entre as medidas indispensáveis e urgentes, citamos:

- * uma política de comunicação de massas que articule um jornal impresso nacional, revistas, rádio, televisão e redes sociais digitais;
- * reconstruir a rede de organizações de base e fortalecer as instâncias em detrimento dos centros de comando paralelo localizados, principalmente, nos gabinetes parlamentares e executivos;



- * ampliar a influência do petismo na classe trabalhadora, com atenção especial para as mulheres, juventude, negros e negras, moradores da periferia e setores do povo que hoje estão sob influência de concepções políticas e religiosas conservadoras;
- * construir um feminismo socialista que contribua para organizar a luta das mulheres trabalhadoras e que supere na prática o machismo que continua presente na sociedade e nas organizações do povo;
- * construir uma JPT militante e de massas, que supere seu profundo processo de dispersão, desorganização e burocratização;
- * retomar e massificar o trabalho de formação, com ênfase nos aspectos politicoideológicos e teóricos;
- * viabilizar o autofinanciamento do Partido, que não deve depender nem de recursos empresariais (como antes), nem do financiamento público (como agora).

Fora Bolsonaro e todos os golpistas! Eleições livres!!

O 7º Congresso do PT realiza-se em meio a uma situação mundial, regional e nacional marcada por crises profundas e ameaças de guerra, por ataques do grande capital e da extrema direita, mas também por rebeliões e vitórias populares.

A expressão mais recente deste cenário contraditório é o golpe na Bolívia, que confirma que para os EUA e seu “departamento de colônias” (a OEA), bem como para a classe dominante boliviana e suas mídias, para a extrema direita e toda a fauna de fascistas e criminosos, as eleições só valem quando eles ganham.

O PT reafirma sua solidariedade ao povo boliviano e ao presidente Evo Morales, bem como seu apoio aos que lutam contra o golpe. Apoiamos, também, os povos rebeldes do Equador, do Haiti e do Chile, que demonstraram que a insurreição de massas é um dos caminhos das classes trabalhadoras frente às ditaduras neoliberais! Saudamos o resultado obtido por Daniel Martinez e pela Frente Amplio do Uruguai, bem como por Alberto Fernández e Cristina Kirchner na Argentina! Reafirmamos, também, nosso apoio aos que defendem a paz na Colômbia.

No Brasil, o governo Bolsonaro e seus aliados de centro-direita, com apoio da mídia oligopolista, seguem implementando um programa de destruição dos direitos, das liberdades e da soberania, finalizando a contrarreforma da Previdência Social (PEC 6/2019) sem que houvesse a necessária mobilização popular contrária; cooptando setores da esquerda para aprovar a cessão da base de Alcântara. Entretanto, apesar de toda vergonha, apesar das entranhas à mostra do PSL, apesar do envolvimento do clã Bolsonaro com os assassinos de Marielle Franco, as pesquisas confirmam que o governo da extrema direita, escudado no “partido” das forças armadas e das polícias militares, segue recebendo importante apoio.

O governo da extrema direita ainda não está desmanchando: a luta contra ele pode ser mais curta ou mais longa, a depender da consciência e disposição de luta das classes trabalhadoras. E a reação popular virá mais cedo e será mais exitosa, a depender da linha política e da ação prática das lideranças do povo, a começar pela ação do PT.

O caminho para derrotar Bolsonaro e a coalizão golpista ultraliberal não será o mesmo que adotamos para derrotar FHC e os tucanos neoliberais entre 1995 e 2002. Entre outros motivos, porque a coalizão responsável pelo golpe de 2016, pela prisão e interdição de Lula, e pela vitória de Bolsonaro, não quer apenas nos derrotar, quer destruir a esquerda e o PT.

A direita não tem a menor dúvida sobre nosso papel histórico: sabe que, na história do Brasil, o petismo é a mais forte e a mais importante experiência organizativa de quem vive do trabalho, de quem sofre opressão e dominação. Sabe que sem a força do PT, não será possível derrotar o golpismo, nem futuramente convocar uma Assembleia Nacional Constituinte, medida indispensável para construir um Brasil justo, democrático e igualitário.

É para derrotar o PT e o conjunto da esquerda que Bolsonaro e a extrema direita defendem a ditadura. Mas a realidade conspira contra seus desejos. Pois mesmo que o “apagar das luzes” de 2019 traga alguma melhora da situação econômica e social, graças à geração de empregos de baixa remuneração que sempre ocorre nos finais de ano, o resultado das políticas de Bolsonaro é a destruição do presente e do futuro do Brasil.

O PT não se recusa a fazer alianças pontuais com quem deseje derrotar esta ou aquela política de Bolsonaro, mas não construirá uma “frente” com setores de direita e centro-direita que apoiaram o golpe, que atacaram e seguem atacando a soberania, os direitos e as liberdades, e que tentam desde já viabilizar um ultraliberalismo sem Bolsonaro em 2022.



O que o PT construirá, portanto, será uma frente popular contra a agenda ultraliberal do bolsonarismo, da centro-direita e da mídia oligárquica, em defesa dos direitos, das amplas liberdades políticas e sociais e da soberania. Frente que se materialize nas lutas de massa e nas disputas eleitorais, a começar por 2020.

Uma frente que, além de fazer oposição radical e de massas ao “programa” do governo Bolsonaro, também deve apontar uma saída política para a situação que vivemos: queremos pôr fim a esse governo o mais rapidamente possível, através de eleições livres e democráticas. E as eleições só serão livres, se delas Lula puder participar. Fora Bolsonaro, Fora Mourão, Moro, Guedes e toda a corja que chegou ao governo graças ao golpe de 2016, à condenação e prisão de Lula, à fraude de 2018.

A luta por anular as condenações e reestabelecer os direitos políticos plenos de Lula é parte da luta por derrotar os golpistas, derrotar Bolsonaro, revogar as medidas adotadas por eles, adotar um programa em defesa da soberania nacional, dos direitos sociais e das liberdades democráticas.

Neste sentido, a decisão do STF contra a prisão em segunda instância foi uma importante vitória, que reflete as pressões populares e a repercussão internacional das revelações sobre as inúmeras ilegalidades e fraudes processuais cometidas pela Operação Lava Jato. Mas não devemos nos iludir: mesmo a direita que aceita Lula livre, quer mantê-lo condenado e sem direitos políticos. Por isso devemos seguir a pressão popular pela libertação definitiva de Lula, que só virá com a anulação de suas penas e a recuperação de seus direitos políticos.

A luta por **Lula definitivamente Livre** segue inseparável das demais lutas do povo brasileiro, inclusive porque sua condenação e prisão ilegal sintetizaram uma série de gravíssimos problemas que afetam a população brasileira, não resolvidos ou até agravados em nossos próprios governos, como por exemplo o caráter profundamente conservador e antidemocrático do poder judiciário e o encarceramento em massa, por meio da utilização abusiva da prisão preventiva e de outros procedimentos judiciais e repressivos.

Tanto para resistir quanto para derrotar a coalizão golpista, o PT precisa de uma nova estratégia, que nos permita reconquistar o apoio da maioria da classe trabalhadora, condição para trilhar um caminho que nos leve não apenas a uma vitória eleitoral, mas ao poder. Queremos ajudar a construir as condições necessárias não apenas para derrotar Bolsonaro e o ultraliberalismo, mas também para construir um Brasil democrático, popular e socialista.



É para tudo isso que precisamos de um “partido para tempos de guerra”, organizado e militante, orientado pela esperança vermelha de quem sabe que o futuro da humanidade depende da vitória do socialismo.

8 de novembro de 2019, dia de Lula Livre!!!

Viva o Partido dos Trabalhadores e das Trabalhadoras!!!



Chapa Número 230

Repensar o PT, para enfrentar o retrocesso, defender a democracia e os direitos do povo

Contribuição ao debate no 7º Congresso do PT

Representantes: Jacy Afonso, Ricardo Berzoini e Letícia Espíndola

A conjuntura internacional passa por mais um período de tensões políticas, comerciais e econômicas de grande impacto sobre os trabalhadores. Ao aprofundamento da transnacionalização do capital financeiro e a crescente migração da economia eletromecânica para a produção eletrônico digital, acrescenta-se a veloz implantação da interconexão das coisas e a inteligência artificial, essência da economia 4.0. As redes relativizam fronteiras e o capital transnacional gerencia os fluxos de renda e riqueza. As novas estratégias tecnológicas provocam uma corrida entre corporações e países. Química fina, engenharia de novos compostos, conexão em ultravelocidades, tecnologia de mobilidade de emissão zero e autônoma, fármacos e robótica médica, são algumas das novas fontes de inovação e patentes. As plataformas digitais criam novas formas de acumulação e de exploração do trabalho, fragmentando a organização sindical e as economias nacionais.

A vitória da chapa Alberto Fernandez e Cristina Kirchner na Argentina representa uma derrota das políticas neoliberais, no momento em que os povos de outros países da América do Sul se rebelam contra o arrocho e a deterioração dos direitos sociais, como no Chile e no Equador.

Apesar das novas tecnologias, a disputa pelas reservas de petróleo e gás seguem tendo importância estratégica. A postura do governo Trump em relação ao Brasil, de tutela política, e a atitude golpista em relação à Venezuela mostram que o pré-sal e as reservas venezuelanas são tratadas como ativos fundamentais dos interesses americanos. A resistência do governo Maduro aponta que, apesar das dificuldades, o povo e as Forças Armadas de lá não se enganam com os acenos de Trump.

Brasil, três anos do golpe, dez meses do governo neofascista.

O desfecho do golpe que culminou do longo processo de cerco político, midiático, judicial e econômico à liderança do PT no comando da República fez três anos. Nesse período posterior ao afastamento, o cerco continuou e intensificou-se para assegurar que não daríamos o troco nas eleições de 2018. A “Lava Jato” continuou a operar com todo o apoio da



mídia e chegaram ao grande objetivo: prender Lula e impedi-lo de vencer as eleições presidenciais. Toda sorte de manobras foi engendrada para mantê-lo encarcerado e até impedir de dar entrevistas no período pré-eleitoral.

O governo que resultou da eleição une fascistas, ultraliberais, latifundiários, banqueiros, religiosos fundamentalistas, bancada da bala e inimigos em geral dos direitos humanos, trabalhistas, previdenciários e ambientais. A agenda da truculência política é a linha de atuação. A entrega do patrimônio nacional e a subserviência aos EUA na política externa é a marca. Sem política de desenvolvimento e geração de empregos, o governo apela para liberar dinheiro que já pertence ao trabalhador, do PIS e do FGTS. Mas a economia real, desde o golpe, fecha empresas, elimina empregos, destrói a vida das famílias. O desemprego chega a mais de 28 milhões de pessoas, aí consideradas os desalentados e os que vivem de pequenos trabalhos por conta própria, ganhando menos que um salário mínimo a cada mês. Cada vez mais, pessoas e famílias inteiras moram nas ruas das grandes cidades. A reforma da previdência deixará milhões sem direitos e a nova rodada de ataques aos direitos trabalhistas fragilizam o trabalhador e atingem em cheio a luta sindical. A entrega das estatais e do patrimônio mineral e energético do Brasil fragilizam nossa soberania. O enfraquecimento dos bancos públicos e o desmonte da Petrobrás, bem como as anunciadas privatizações dos Correios e da Eletrobrás desarticulam a ação do estado na infraestrutura nacional.

Os estados e municípios estão quebrados, em razão da recessão e da redução de programas sociais federais. Uma reforma tributária que fortaleça a situação fiscal do pacto federativo, com base nos impostos que atingem a grande riqueza, a renda opulenta e os lucros e dividendos, deve ser proposta pelos nossos parlamentares, governadores e prefeitos.

Saudamos a criação do Consórcio Nordeste, uma inovação que pode dar maior potência aos governos populares da região e ser referência de inovação na gestão pública.

Nesse cenário negativo, nossa atuação contra a reforma previdenciária e aos cortes na educação despontam como referências. As mobilizações nacionais em torno desses temas quebrou a lógica da exclusão do povo e das lutas do cenário político. Mas, devemos reconhecer, muitas outras lutas precisam do PT e do povo brasileiro, em maior intensidade e com mais capacidade de conquistar corações e mentes.

A luta pela liberdade de Lula é um eixo político e, portanto, pedagógico para reconquistar a narrativa hegemônica do país. É nossa obrigação demonstrar que a prisão de Lula foi articulada para implantar o mais pesado retrocesso e transferir trilhões de reais do orçamento público para o sistema financeiro e o conjunto dos rentistas.

Nesse sentido, é preciso colar Lula Livre às lutas em defesa das conquistas de inclusão social dos 13 anos e meio de governo democrático e popular. Defender nossas conquistas na educação, na saúde, nas questões ambientais, nos direitos previdenciários e assistenciais, na valorização do salário mínimo, na moradia, nas questões da agricultura familiar.

A decisão do STF de cumprir o disposto na Constituição Federal e afirmar que o trânsito em julgado é condição para o cumprimento de pena é uma vitória da resistência e persistência por Lula Livre. Mas é a anulação dos processos viciados e manipulados da Lava Jato que pode restabelecer a ordem jurídica e política do país.

Não podemos nos iludir. A luta política tende a se radicalizar. Ainda que alguns segmentos da política e da mídia possam combater atitudes autoritárias e antidemocráticas do governo Bolsonaro, a agenda econômica de Guedes unifica grande parte do empresariado e da mídia, bem como a maioria do Congresso Nacional contra o nosso projeto. A agenda liberal, com suas ilusões e maldades, está avançando e demolindo direitos sociais, especialmente os trabalhistas e previdenciários.

Uma pauta programática para nortear nossa ação:

- Aumento real para o salário mínimo
- Retomada do Minha Casa Minha Vida
- Investimentos em infraestrutura de logística
- Defesa da Seguridade Social
- Reforma Agrária
- Reforma Tributária: redução de impostos sobre o consumo, tributação dos lucros e dividendos e das grandes heranças
- Defesa do patrimônio público, das riquezas minerais, das empresas públicas
- Defesa da Vida, contra a propaganda da violência, defesa das mulheres
- Contra toda forma de discriminação, o Brasil tem que ser de todas e todos
- Por uma política externa soberana e multilateral
- Em defesa do Trabalho Decente



- Reforma do Sistema Financeiro
- Garantia do direito à comunicação com controle social dos meios
- Pelo combate à corrupção dentro da lei, sem pirotecnia e conspiração.

Na atual situação conjuntural, consideramos que é essencial articular uma frente social ampla com organizações partidárias, sindicais, associativas e personalidades comprometidas com a democracia em torno da luta contra o neofascismo ou protofascismo e em defesa dos direitos humanos, sociais, culturais e ambientais. A luta contra a cultura da violência e o estado policial são fatores de grande relevância, que não tem nenhuma contradição com nossa plataforma partidária. Ao contrário, nos nossos governos fomos atuantes e persistentes em relação a esses assuntos. Mas que ampliam e podem ser determinantes para o processo de lutas que devemos conduzir em outros campos.

Para além disso, manifestamos nosso apoio à política que tem sido conduzida no sentido de manter uma permanente ação de unidade com os partidos de esquerda, que tem interesses e estratégias diversas, mas que podem unificar várias lutas com o PT.

Uma reflexão sobre o PT

O PT segue como partido preferido dos brasileiros (entre os que têm preferência). Apesar da campanha permanente da mídia, dos ataques de setores do Judiciário e do Ministério Público, o partido tem raízes profundas no imaginário político nacional. Muitas dezenas de milhões de brasileiros digitaram o 13 nas eleições nacionais dos últimos trinta anos. E muitos outros o fizeram em eleições municipais e estaduais e foram testemunhas de nossa participação em lutas sindicais e populares.

O PT tem nas suas resoluções objetivos ambiciosos, que vão muito além das realizações de nossos treze anos e meio de governo federal. Enfrentamos, em 2018, um processo eleitoral extremamente radicalizado, por conta do cerco vivido desde 2013 que resultou no golpe parlamentar/midiático/judicial de 2016. Foi um embate no qual as forças golpistas buscaram liquidar nossa capacidade de recuperação, expressa na preferência partidária e na intenção de voto em Lula e na votação expressiva de Haddad/Manuela nos dois turnos.

Para além do horizonte eleitoral, o PT precisa alterar radicalmente sua forma de organização e funcionamento. Para além do óbvio conceito de partido de massas, que é - por direito e mérito próprios - tem como condição de sobrevivência e sucesso, que constituir uma

estrutura funcional verticalizada (de baixo para cima) e democrática, com maior conteúdo ideológico que alinhe a máquina eleitoral com a capacidade de ação política de massas fora das eleições.

O PT conta com uma grande bancada de deputados e senadores, quatro governos estaduais, uma quantidade de prefeitos e vereadores reduzida pelas condições da última disputa eleitoral, uma considerável presença nos movimentos. Mas sua funcionalidade orgânica é muito limitada. Isso ficou claro na resistência ao golpe de 2016 e à prisão de Lula. E fica ainda mais nítido na tibieza de nossa política de finanças e na dificuldade de mobilizar a própria estrutura partidária para atividades fora das eleições. O mesmo vale para a dificuldade de atuar de forma dirigente na resistência às reformas trabalhista e previdenciária. Claro que nossa atuação parlamentar foi forte e visível, mas é vital articular de forma mais efetiva com os movimentos a resistência real nas bases.

Um partido de lutas populares, organizado nas bases, onde o povo está!!

Queremos a política como atividade própria das massas que desejam participar, legal e legitimamente, de todas as decisões da sociedade. O PT quer atuar não apenas nos momentos das eleições, mas, principalmente, no dia-a-dia de todos os trabalhadores, pois só assim será possível construir uma nova forma de democracia, cujas raízes estejam nas organizações de base da sociedade e cujas decisões sejam tomadas pelas maiorias.

Manifesto de Fundação (1980)

Somos orgulhosos em dizer que temos mais de 2 milhões de filiados. Mas sabemos, pelo próprio processo eleitoral interno que pouco mais de 300 mil, com grande esforço militante/material, comparecem para votar. Grande parcela dos votantes está diretamente ligada às estruturas de mandatos, sindicatos e outras. Isso não é ruim, por si, mas nossa relação de participação real dos que não têm nenhuma relação de interesse é limitadíssima. O partido deve ter uma política permanente para seus filiados que não integram as instâncias. Sem uma dinâmica participativa, nos limitamos aos processos eleitorais, e muitos fazem das tendências suas instâncias reais de elaboração e deliberação.

O PT deve estar preparado para mais e maiores embates. A agenda liberal em curso prevê um conjunto de reformas que vai muito além dos estragos já feitos. Nossas formas de



7º Congresso
Nacional
LULA LIVRE

organização, que repetem modelos de partidos eleitorais, não atendem a necessidade do partido organizar e mobilizar sua militância para participar e dirigir lutas populares. Viabilizar nossa ação exige que nossa organização seja capaz de responder de forma ágil às mudanças de conjuntura e politizar nos locais de trabalho e de moradia, de forma organizada e eficiente.

Somos o Partido dos Trabalhadores e o TRABALHO deve ser uma das vertentes centrais de nossa perspectiva. É preciso que o sindicalismo seja renovado e reforçado como vertente prioritária de nossa intervenção, em conjunto com outras lutas populares, integrando todos os aspectos da vida da classe trabalhadora na relação entre partido/sindicatos/movimentos. O PT precisa de uma política sindical, com objetivos partidários evidentes. Entre o território, moradia e local de trabalho, a exploração capitalista se apresenta em todos os aspectos da vida dos trabalhadores. Devemos planejar nossa intervenção em todos os espaços e temas.

O funcionamento interno do partido e a relação entre as instâncias e os mandatos precisam ser repensados. A representação política, historicamente, leva ao assalariamento de dirigentes (fora da realidade da classe trabalhadora) e ao autonomismo dos mandatos, executivos e legislativos. Cria novos condicionantes de interesses que distanciam nossa realidade da vida dos trabalhadores que pretendemos representar. A proximidade entre representantes e representados é vital para legitimar e credenciar as lideranças.

Ademais, a vida partidária gira predominantemente em torno de atividades internas de baixa eficiência, pouca repercussão e limitada organicidade. É necessário reformular a ação partidária na lógica ELABORAÇÃO/ANÁLISE/AÇÃO/REFLEXÃO. Planejamento e avaliação são atividades decisivas para nossas instâncias. Reuniões que começam e terminam em si mesmo, atividades sem objetivos claros, dificuldade de avaliar resultados reais, tudo isso leva à baixa eficiência, desperdício de recursos e desânimo dos militantes.

É preciso fazer a reforma política e orçamentária interna do PT. Esta reformulação passa por definir qual é a base real do partido e a nossa capacidade de organizar os trabalhadores em torno de um projeto partidário forte. Aprofundar o nosso conceito de política organizativa?

Fazer fluir o debate da base à cúpula, os processos decisórios, a execução das decisões, a avaliação dos resultados.

Precisamos impedir que a vida partidária constitua em veículos de carreiras e carreirismo e coibir a formação de uma “classe política” interna, constituída de assalariados, dependentes materialmente da vida interna do partido. O partido deve discutir a socialização dos espaços e estruturas partidários, de forma absolutamente transparente, a fim de coibir os fenômenos empreguismo e clientelismo intrapartidário.

É necessário migrar para um novo modelo organizativo, no qual a referência efetiva de formação do poder interno seja decorrente da organização de filiados que participem do planejamento e implementação de atividades políticas voltadas para essas relações de massa. Um partido focado nas lutas populares, capaz de se articular com a sociedade, em particular com sua base ideal, os trabalhadores, no conceito de quem depende do trabalho, o que inclui pequenos empreendedores. Sem prejuízo de alianças e articulações com outros segmentos.

Mas sempre a partir da nossa força e na nossa perspectiva de classe.

Esse, evidentemente, é um projeto/processo, de médio e longo horizontes, que não conflita com as demandas e obrigações imediatas. Mas defendemos que o PT estabeleça uma reorganização política para dar conta desses desafios, na construção de consensos para mudar para melhor.

Proposta: mandar um fórum para propor as bases dessa reforma, submeter à consulta dos filiados nas bases, recolher as opiniões e contribuições e até junho de 2020, o Diretório Nacional delibera o detalhamento das mudanças de organização.

Temas:

- Reforma dos fóruns e funcionamento, com ênfase no papel dos filiados da base do PT
- Reforma orçamentária/orçamento participativo/transparência financeira
- Papel dos mandatos parlamentares e sua relação com as instâncias e organização de base
- Relação entre governos petistas e as respectivas instâncias
- Financiamento dos zonais e municipais
- Relação com sindicatos e movimentos nas bases e nas demais instâncias
- Recenseamento Nacional para localizar, cadastrar e organizar os filiados, estimulando às atividades de militância, virtual e presencial



- Articulação Organização/Formação/Mobilização/Comunicação, como método permanente
- Consultas periódicas à base, sobre temas relevantes da conjuntura nacional, pelos canais de comunicação digital do partido

Queremos, por isso mesmo, um partido amplo e aberto a todos aqueles comprometidos com a causa dos trabalhadores e com o seu programa. Em conseqüência, queremos construir uma estrutura interna democrática, apoiada em decisões coletivas e cuja direção e programa sejam decididos em suas bases.

Manifesto de Fundação (1980)

Chapa Número 250

Tese Chapa Lula Livre – Partido é para todos e todas MPT / TRIBO / Independentes

Representantes: Romênio Pereira, Marcos Lemos e Saulo Dias

1. Vivemos um momento de mudança global do padrão de acumulação do Capitalismo e da natureza das disputas sociais, por isso torna-se mais importante a construção do diálogo interno no PT, com todas as forças de esquerda e com as forças democráticas preocupadas com a ofensiva da extrema direita de corte neofascista.

2. O PT demonstrou ser capaz de resistir aos ataques golpistas e se manteve como principal referência de oposição no Brasil e uma referência de esquerda no mundo. Nosso desafio será fortalecer essa luta com a compreensão atualizada da realidade e uma pauta que nos prepare para o próximo período, como partido que tenha profunda interlocução com a Sociedade e demais partidos engajados na luta pela Democracia, pela Soberania Nacional e pelos direitos sociais, agora num novo patamar e com novas tarefas após a liberdade de Lula no último dia 8 de novembro. O PT deve ser cada vez mais um partido dirigente que formule e construa caminhos a serem trilhados por esse campo político progressista.

3. O PT proporcionou muitos avanços sociais em seus governos. Foi o melhor governo da história para inclusão social, erradicação da fome, soberania nacional, criação de empregos, diminuição das desigualdades, ascensão social dos mais pobres, expansão das universidades e dos Institutos Federais, mas o conjunto do partido incorreu em ingenuidades nesse processo.

4. A primeira foi a do “Republicanismo”. Fomos republicanos com quem não é e nunca foi republicano: a mídia monopolista, parte do judiciário que sempre foi o reduto e o reflexo das elites mais atrasadas e antigas do escravismo nacional, os serviços de inteligência no Brasil remanescentes da última ditadura e os estrangeiros, as forças armadas e os aparatos de segurança, ainda sob controle dos que estavam no poder na época da ditadura (1964-1985). Nesse campo golpista e que deveria ter merecido uma atenção maior nossa, há também parcelas de corporações que se pautavam apenas por interesses próprios e pelas disputas de poder para seus agrupamentos, como grande parte do MP e da PF. Permitimos que esses grupos se reproduzissem e acumulassem força para nos derrubar numa ruptura constitucional.

5. Fomos, somos e continuaremos a ser republicanos e defensores incondicionais da Democracia, mas a Democracia deve se proteger das ameaças que nascem no seu interior,

de fascismos, de desestabilização provocada por serviços de inteligência e financiamentos estrangeiros, desestabilizações e golpes por parte da mídia monopolista. O Neoliberalismo e a agenda do ajuste fiscal não toleram a democracia, os direitos sociais e a soberania de nossos países, como pode ser observado em diversos golpes ou tentativas de golpes, em Honduras em 2009, Paraguai em 2013, Brasil em 2016 (com o impeachment de Dilma) e 2018 (com a prisão e inelegibilidade de Lula) e agora na Bolívia em 2019. E também a onda de violência e desestabilização que abalou a Nicarágua em 2018 ou a tentativa de sequestro de Rafael Correa no Equador em 2012, ou ainda com o golpe de 2002 na Venezuela. São exemplos recentes que demonstram que a política de golpes e de sabotagens não foram deixadas de lado com o fim da “Guerra Fria” entre Estados Unidos e a União Soviética. Defender a Democracia implica em perceber esses movimentos e saber se contrapor a eles sem deixar que se agigantem e destruam as instituições democráticas e sociais.

6. Outra ingenuidade é que acreditamos que bastava fazer políticas sociais benéficas para a maioria da população e essa se manteria conectada politicamente conosco. Nós investimos em alguma medida na disputa de valores e de cultura que deveríamos fazer, mas ainda não foi na dimensão e envergadura necessárias para a disputa de hegemonia de um novo bloco histórico. E também não organizamos socialmente as defesas para essas políticas e para a soberania nacional em movimentos sociais novos, fortes e articulados, uma construção de um novo poder popular.

7. A compreensão da crise econômica, social, política e cultural brasileira não estará completa sem a análise da conjuntura internacional, das correlações de forças das classes sociais em nível mundial e dos blocos econômicos em disputa nesse cenário. Vivemos hoje a decadência do império estadunidense e a ascensão de um bloco econômico que tem a China no papel de principal motor. Esse cenário permite ambientar a luta de classes e a luta pela Democracia no Brasil.

8. O golpe no Brasil se insere, também, no processo que se iniciou com a crise econômica do Capitalismo em 2008. Aquela crise, diferente das anteriores crises cíclicas do Capitalismo, foi apontada como uma crise sistêmica que poderia comprometer a sobrevivência do Capitalismo. Entretanto, ela serviu de oportunidade para se aplicar o que se fazem nas demais crises do Capitalismo: diminuir os direitos sociais, trabalhistas e previdenciários, ampliar os recursos do Estado disponíveis para subsidiar a recuperação dos bancos e os lucros dos mesmos, e ampliar a mais-valia.

9. Foi uma oportunidade para aplicar a receita da austeridade fiscal em muitos países, reduzindo os investimentos públicos em áreas sociais e ampliando o poder do capital financeiro sobre os Estados Nacionais. Privatizar empresas estatais e fundamentalmente para que o grande capital pudesse, numa circunstância de crise, se apropriar dos “estoques de riqueza” de cada Estado. No Brasil os estoques de riqueza que os golpistas estão se apropriando são os bancos estatais, a Previdência Pública, o orçamento da Educação Pública, a Petrobrás e as reservas do Pré-Sal, a Eletrobrás, o Sistema Único de Saúde que eles querem substituir por um “plano de saúde privado com subsídio estatal”, dentre outros.

10. Os EUA como potência em decadência e perdendo espaço para a China jamais poderiam permitir que o Brasil criasse uma referência na América do Sul com o Mercosul e a UNASUL, que o Brasil participasse da criação do Banco dos BRICS, que decidisse explorar o Pré-Sal com uma empresa estatal que estimulava a indústria nacional, a exemplo da indústria naval, mas que já foi destruída pela Lava Jato. E por isso a potência em decadência planejaram, articularam e se associaram aos grupos e organizações nacionais afins para desestabilizar, criar o caos, promover a insegurança e permitir o avanço das pautas conservadoras. Trata-se aqui da estratégia das “guerras híbridas”.

11. Essa tomada do poder teve sua expressão no Brasil com Temer a partir de 2016 e com Bolsonaro a partir de 2019. Ambos são parte do mesmo processo, que capturou o Estado brasileiro para os interesses do grande capital financeiro, das petroleiras estrangeiras e da elite entreguista das riquezas e do patrimônio nacional.

12. A emenda constitucional 95, aprovada ainda em 2016, congelou os investimentos sociais por 20 anos para destinar mais recursos para o pagamento dos juros e dividendos aos credores da dívida pública. A reforma trabalhista de 2017 foi aprovada com as promessas mentirosas de criação de 5 milhões de empregos e de retomada do crescimento econômico, mas que teve apenas o condão de proporcionar a precarização do trabalho e o aumento da exploração dos trabalhadores em relações de trabalho cada vez mais desestruturadas, desarticuladas e mal remuneradas.

13. A aprovação da “Nova Previdência” com a desconstitucionalização da Seguridade Social e a implantação do malfadado regime de capitalização é a grande oportunidade de apropriação da riqueza dos trabalhadores pelos grandes financistas internacionais. Esse modelo de Previdência destrói os direitos da classe trabalhadora, empobrece grande parcela

da sociedade brasileira (mulheres, idosos, trabalhadores rurais e pessoas com deficiência). Tudo isso faz parte dos objetivos do golpe, produto da guerra híbrida no Brasil.

14. Da mesma forma, a destruição do regime de partilha, a entrega dos reservas de Pré-Sal a preços irrisórios para as grandes petroleiras estrangeiras, a privatização da Petrobras que está em curso de forma “fatiada”, firme e rápida, foram objetivos já alcançados desse golpe que comete crimes de lesa pátria e deve ser revertido com a força e o rigor das forças democráticas, populares e defensoras da soberania nacional.

15. Os ataques às demarcações das terras indígenas, a liberação do porte de armas, a criminalização das lideranças e movimentos sociais; o uso de agrotóxicos em escala descomunal são iniciativas que materializam na vida da população as consequências dessa tomada de poder. Para a compreensão desta conjuntura é necessário destacarmos os principais aspectos da atual gestão federal.

16. Governo das milícias; crime organizado se apropria do governo; a volta dos militares ao protagonismo político; a tutela militar

17. No atual governo podemos identificar quatro núcleos de poder que representam distintos interesses sobre a Sociedade. Há o núcleo econômico, com o ministro da economia Paulo Guedes e o presidente do Banco Central; o núcleo ideológico, os ministros da Educação, das Relações Exteriores e da Família, além da família Bolsonaro; o terceiro núcleo é o militar, que dentro do governo tem a estratégia de ocupação de espaço; e o quarto núcleo, que se aninha no Ministério da Justiça, podemos denominá-los de “justiceiros com sede de poder”: segmentos do MP, PF, Judiciário, TCU e partes das corporações policiais.

18. Um traço marcante do governo é o fato de que quem dirige o mesmo hoje é uma facção política ligada ao crime organizado das milícias. O assassinato de Marielle Franco apenas deu nitidez e visibilidade ao fato que nos gabinetes dos filhos do presidente e dele mesmo há assessores milicianos, parentes de milicianos, pessoal ligado diretamente a diferentes crimes, inclusive ao de Marielle.

19. Mas o cerne do governo que tem esse perfil neofascista é o núcleo econômico, o neoliberal, e caso Bolsonaro seja descartado por esse bloco no poder hegemônico hoje, o programa neoliberal continuará a ser aplicado. É um governo de fato dirigido por uma facção política ligada ao crime organizado das milícias e por isso talvez seja descartado para que

uma opção mais “segura”, como o vice-presidente, possa assumir o desmonte do Estado. Mas esse perfil neofascista não envergonha o capital financeiro, por isso a burguesia associada ao capital estrangeiro e grande parte do agronegócio que estão tendo seu programa econômico implantado seguem por enquanto apoiando o governo Bolsonaro.

20. O processo de desgaste do governo é rápido, pelas medidas antipopulares, pela continuidade da crise econômica, pelo desastre da gestão ambiental e dos ataques aos Direitos Humanos. Os movimentos sociais ligados à Educação, aos direitos sociais, ao movimento ambientalista, ao movimento de mulheres, de negros e LGBTQI+, dos indígenas e MST articulados na Frente Brasil Popular, na Frente Povo sem Medo, nas centrais sindicais, nas entidades estudantis e diversos movimentos deram mostras de sua vitalidade em diversas jornadas de luta desde 2016, com duas greves gerais que foram as maiores da História nacional, diversos dias de mobilização e protestos.

21. Essa resistência e luta nos movimentos sociais e na institucionalidade vem avançando na conjuntura, e agora com Lula finalmente livre, passamos a um novo patamar para o enfrentamento da aliança neofascista e neoliberal. Será possível intensificar ainda mais as mobilizações de rua contra o governo e suas propostas, e consolidar uma frente de esquerda e centro esquerda que sirva de núcleo à resistência de todos que defendem a Democracia, a Soberania Nacional e os Direitos Sociais, nas ruas, no parlamento e nas eleições de 2020 e 2022.

22. Ganha relevo e prioridade agora a luta pelo desmascaramento do presidente miliciano que usa as instituições para acobertar os mandantes do crime do assassinato de Marielle Franco e Anderson Gomes. O cerne do governo atual é o crime organizado que usa o Estado para encobrir seus crimes e potencializar seu crescimento, e devemos combatê-lo como tal, na linha que Lula já indicou ao sair da prisão política. Precisamos tensionar as instituições democráticas para começar a funcionar corretamente, através da mobilização social e da pressão democrática.

23. Isso coloca para nós desafios novos, urgentes e graves. O risco de ataques e atentados políticos pelas milícias neofascistas no Brasil é real, assim como a estratégia de desestabilização e guerra aberta às forças de esquerda no continente latino-americano, como ficou demonstrado pelo golpe na Bolívia em 10 de novembro de 2019, com ações extremamente violentas, tendo contado com o engajamento político e diplomático do Brasil. As milícias no Brasil contam com poder econômico, forte armamento e espreitamento pelo



sistema político, elegendo de vereadores a presidente da República, passando por deputados, senadores e governadores, e lamentavelmente contam com a tolerância dos defensores da pauta privatista e neoliberal, que não se incomodam em implantar essa pauta como foi feita no Chile de Pinochet, de forma violenta, assassina e ditatorial.

24. Devemos intensificar a denúncia da forma como a chapa Bolsonaro/Mourão foi eleita e as diversas fraudes envolvidas no processo, seja da prisão de Lula, do impedimento de sua candidatura, da atuação militante da Lava Jato durante a campanha de 2018 e do uso de uma estrutura comunicacional fraudulenta de fakenews com financiamento ilegal e interferência estrangeira. A luta de rua deve se articular com a luta no parlamento com a CPI das fakenews para isso.

25. A luta política e social e um projeto alternativo

26. Para pensar num programa alternativo ao neoliberalismo sustentado pelo neofascismo no Brasil e na América Latina, precisamos nos debruçar sobre a Economia. A continuidade do crescimento econômico no ritmo da era Lula e Dilma, com criação de empregos, inclusão social ampla, diminuição das desigualdades sociais e regionais e criação de infraestrutura só será possível com uma série de reformas estruturais no país que garantam a continuidade da capacidade do Estado em ser o grande impulsionador do desenvolvimento econômico.

27. Um bom exemplo desse novo programa é uma reforma tributária forte, como a já apresentada pela bancada federal do PT e pelo programa de governo de Lula e Haddad em 2018, de tributação progressiva da renda, do patrimônio e dos lucros das empresas, desonerando os trabalhadores assalariados com salário até 5 mil reais.

28. Outra reforma fundamental será na política econômica. O tripé macroeconômico das metas de inflação, superávit primário e política de juros altos da SELIC pôde ser suportado num momento anterior do superciclo das commodities, e os bancos lucraram como nunca na História ao mesmo tempo em que promovemos a maior inclusão social da História. Essa combinação de fatores não existe mais, e uma nova política econômica demandará uma diminuição do peso do capital financeiro na Economia, uma diminuição da taxa SELIC para níveis médios internacionais e inclusive uma auditoria da dívida pública para identificar o seu perfil e eventuais situações de duplicidade de cobranças e pagamentos.

29. Por conta da constatação do poder e influência dos meios de comunicação, os novos e os velhos, na definição da agenda nacional e na influência política distorcida e interessada que têm, há a necessidade da reforma dos meios de comunicação, com a regulação econômica e outras formas de democratização do acesso e circulação de informações e opiniões.

30. A Reforma Agrária continua necessária e atual, com um viés de estímulo à agricultura familiar, ao cooperativismo com uma perspectiva de agroecologia, e esta deve se articular com a transição ecológica proposta em nosso plano de governo de 2018.

31. A Reforma Urbana permanece urgente, sendo mais que o Minha Casa Minha Vida, deve redesenhar as cidades para serem mais inclusivas, humanizadas, sustentáveis, racionais e deixarem de ser espaços de exploração predatória dos setores empresariais da coleta de lixo, do transporte público e da especulação imobiliária.

32. As tarefas do PT a partir do VII Congresso

33. Estamos numa luta de resistência, de reorganização social, política e ideológica em que a luta institucional é tão importante quanto a luta dos movimentos sociais, a luta cultural e simbólica, a luta nas redes virtuais. Uma luta em que a disputa de cunho econômico e social está imbricada e indissociável das lutas das mulheres, dos negros, dos LGBTQI+s, da juventude, das populações indígenas, quilombolas, do campo e das cidades. Para isso torna-se necessário:

34. Fortalecer a luta pela Democracia, pela Soberania Nacional e pelos direitos sociais. Desmascarar o governo miliciano e seu programa neoliberal combinando ação de movimentos sociais amplos com atuação institucional com alianças com todos os segmentos interessados em desenvolver o Brasil de forma justa, inclusiva e soberana;

35. Teremos o foco na luta pela investigação sobre os mandantes do assassinato de Marielle Franco, investigação sobre o assessor Queiroz e das relações das milícias com a família presidencial, ao lado de uma campanha pelos direitos sociais (Previdência, Educação, Saúde, Assistência Social) e por mais empregos e pela retomada do crescimento.

36. Manter a denúncia nacional e internacional contra as arbitrariedades e a parcialidade de segmentos do Judiciário e do MP brasileiros, da "lawfare" e das diversas modalidades de

golpes: institucional/jurídico/político/midiático como no Brasil, militar e de violência fascista como nesse momento na Bolívia, de bloqueio econômico e midiático aliado ao financiamento de oposição interna como é o caso da Venezuela.

37. Ampliar o escopo das relações internacionais do PT. Além de fortalecer o Foro de São Paulo, estreitar a relação com os partidos progressistas e de esquerda da Europa, dos BRICS (China, Rússia, Índia e África do Sul e com a África) e da África, pelo menos estreitar as relações com os países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Necessitamos estabelecer e aprofundar relações com o DAS (Democratic Socialists of America), segmento do Partido Democrata daquele país. Nossas relações internacionais têm que aprofundar a cooperação no sentido da construção de cenários de desenvolvimento, inclusão, Democracia e multilateralismo, visando a criação de uma nova ordem mundial.

38. Fortalecer a referência do programa de governo Lula e Haddad de 2018 como indicativo de políticas públicas nas diferentes áreas e demandas da Sociedade brasileira, como a transição ecológica, a Segurança Pública e uma nova política econômica.

39. Estamos num momento de exceção, não podemos fazer oposição como se estivéssemos na normalidade democrática, precisamos denunciar e atacar as proposta e ações que fazem retroagir a civilização no Brasil. Um governo que ataca as populações indígenas, destrói as florestas, libera massivamente os agrotóxicos, destrói a previdência, defende o trabalho infantil, precariza o trabalho e destrói a soberania nacional demanda oposição radical e contínua. Sempre fomos e continuaremos a ser oposição sistemática ao governo Bolsonaro e às suas propostas. Trabalharemos diuturnamente para desgastá-lo, nas ruas, no parlamento, nas redes virtuais e nos embates no judiciário.

40. Orientar a CEN e as bancadas parlamentares a definir oficialmente uma linha de orientação partidária de oposição a Bolsonaro e suas políticas para atuação no Congresso Nacional, nas Assembleias Legislativas, Câmaras Municipais e em nossos governos estaduais e municipais;

41. Orientar nossas bancadas, governos estaduais e municipais a aumentar a sintonia com os movimentos sociais, ambientais e frentes de defesa da democracia;

42. Fortalecer o trabalho do partido com as Juventudes, respeitando suas formas de organização e expressão, contribuindo para que, cada vez mais, os jovens se constituam

como sujeitos da ação política no país. Propomos o direito a voto aos secretários/as de juventude e de mulheres nas executivas do Partido.

43. Eleições de 2020 e 2022

44. Nas próximas eleições de 2020, mobilizar os diretórios estaduais e municipais da PT para o lançamento do máximo de candidatos(as) a prefeitos(as) e vereadores(as) em 2020. O PT deve estimular candidaturas jovens, negras, de mulheres, LGBTQI+s e indígenas para as próximas eleições, ao lado dos sindicalistas, profissionais liberais, empresários ligados à produção, ampliando e renovando nossas representações públicas em todos os níveis, inclusive nos pequenos municípios. Estamos num momento em que o PT deve se apresentar para a Sociedade, defender seu legado, denunciar a farsa do judiciário e da mídia que está destruindo o Brasil e os direitos sociais.

45. Na disputa de 2020 apresentar o “Modo Petista de Governar”, com alternativas de gestão democrática, com forte investimento social e sustentável, retomando os mandatos democráticos e populares, a inversão de prioridades nas políticas públicas para os setores mais pobres e vulneráveis da Sociedade, criação de consórcios municipais.

46. Fortalecer os diretórios do Partido contemplando a diversidade cultural, as lutas e vitórias da região, respeitando efetivamente as cotas e paridades. As sedes devem ser espaços acolhedores, de formação e difusão de informações

47. As eleições de 2020 são o “primeiro turno” das eleições de 2022. Precisamos expressar a ampliação do leque político na luta pela Democracia, pelos Direitos Humanos e por Lula Livre, disputando setores de centro-esquerda e de centro, visando tornar nosso bloco político mais competitivo e orgânico nas eleições de 2022, o que pode nos levar a abrir mão de algumas candidaturas e a compor um arco de forças importante para a disputa.

48. O PT em 2020 e 2022 deve ter uma política de fortalecimento da solidariedade partidária e da atuação coletiva e estratégica para a construção de uma nova Sociedade com novos valores. Nesse sentido, o PT deve estimular medidas como mandatos coletivos.

49. A disputa de 2022 já está em curso, sendo que pela instabilidade e desgaste criados pelo golpe devemos acumular forças desde já num processo de enfrentamento com o governo de perfil fascista e seus aliados. As lideranças de Lula e Haddad são nossos



principais patrimônios políticos. Lula agora liderará esse processo de mobilização pelo país com caravanas e atos em todas as regiões, cada vez mais articulado e buscando a unidade da oposição, desmascarando a “Farsa a Jato” e liderando a luta pela justiça social;

50. Haddad acumulou 47 milhões de votos no 2º turno de 2018. É nossa segunda maior liderança, e deve estar viajando o país junto com Lula. Lula e Haddad fortalecerão o bom debate sobre as alternativas para a crise brasileira, articulando movimentos sociais, intelectualidade, sociedades científicas, pesquisadores e cientistas, jovens, setores médios, empresários, movimentos de mulheres, negro e LGBTQI+, segmentos do judiciário e do MP, segmentos dos militares e das forças policiais e o amplo segmento das diversas denominações religiosas comprometidas com a Democracia e a Justiça Social. Não há outro partido no Brasil com duas lideranças nacionais capazes, articuladas e campeãs de votos como o PT, que tem Lula e Haddad. Devemos investir nesse patrimônio e potencializá-lo.

51. Essa estratégia deve concatenar os setores sociais listados anteriormente para a conformação de um bloco Histórico para a superação do sistema econômico e social capitalista, que só aprofunda as desigualdades e a miséria em todo o mundo e destrói a Natureza, comprometendo o futuro da Humanidade. Esse bloco fará a disputa de hegemonia, disputando o centro político e setores que defendem a Democracia, propondo um novo modelo de Sociedade e relação com o meio ambiente.

Viva, o PT! Viva a militância petista! Agora Lula está Livre e liderando nossa luta!

Chapa Número 280

LULA LIVRE PARA MUDAR O BRASIL!

Representantes: Gleide Andrade, Francisco Rocha e Mônica Valente

AMÉRICA LATINA: PROCESSO EM DISPUTA

O padrão atual de acumulação capitalista continua marcado pela forte hegemonia do capital financeiro, favorecida, desde os anos 80, pelas políticas econômicas neoliberais com centralidade total do mercado, atrofia do Estado e dos direitos sociais, concentração de riquezas e redução da carga tributária para os ricos.

A desregulamentação dos fluxos de capitais e a absoluta liberdade de especulação financeira levaram à violenta crise mundial de 2008, que não está completamente superada e que, junto com a guerra comercial EUA-China, pode conduzir a economia global a uma nova recessão.

A partir dos anos 1.990, como reação aos efeitos devastadores do neoliberalismo, surgem na América Latina diversos governos progressistas -- Argentina, Brasil, Venezuela, Uruguai, Bolívia, Equador e Chile, entre outros -- significando um verdadeiro salto histórico em termos de desenvolvimento econômico, progresso social e projeção no mundo. No mesmo período, ocorre a ascensão da China relativizando fortemente o unipolarismo econômico do EUA, assim como a Rússia relativiza o seu unipolarismo geopolítico e militar.

Nesse contexto, emergem iniciativas de caráter multilateral que começam a reformar na prática a ordem internacional vigente. É o caso dos BRICS e de seu banco de desenvolvimento, na América Latina as iniciativas de fortalecimento do Mercosul, a UNASUL e CELAC, além do fortalecimento das relações sul-sul, com forte atuação dos governos Lula e Dilma.

Como reação a isso, o grande capital e as pretensões unilateralistas dos EUA, em um contexto de desaceleração econômica mundial, conduzem uma profunda contra-ofensiva neoliberal da direita na região (crise interna e ameaça de invasão imperialista na Venezuela, desestabilização das democracias e golpes de Estado no Brasil, Paraguai e Honduras, etc)

A diferença é que o neoliberalismo, agora, já não tem base democrática suficiente e lança mão de mecanismos cada vez mais autoritários para implementar o seu projeto. O caso da Bolívia é exemplar neste sentido: frente à possível continuidade do governo democrático e



popular de Evo Morales, as forças de direita não hesitaram em perpetrar um violento golpe cívico militar, com traços fascistas, para derrubá-lo.

América Latina é um continente em disputa, vive um processo em aberto, inclusive no Brasil, em que não está definido que a direita, de volta ao governo, conseguirá conservá-lo – a Argentina é uma prova disso –, nem que a esquerda voltará fatalmente ao governo.

No nosso continente vivemos um momento de mobilizações e protestos contra as políticas de Estado mínimo que aumentaram os lucros das empresas, a concentração de renda e a pobreza. No Equador, as mobilizações populares derrotaram o pacote neoliberal de Lenin Moreno; no Chile, o povo se insurge contra as políticas neoliberais e segue lutando por uma nova ordem constitucional; na Argentina, foi vitoriosa a chapa Alberto e Cristina, de perfil democrático, nacional e popular. No Uruguai, segue a disputa entre o governo da Frente Ampla e a coalisão de direita. O Brasil é um caso estratégico, pelo peso que tem o país e a força da esquerda, além da grande liderança de Lula.

A contraofensiva neoliberal, da extrema direita e do imperialismo norte americano, exige a mais ampla unidade da esquerda e das forças progressistas e democráticas em defesa de uma ordem internacional multipolar, comprometida com a soberania e a autodeterminação dos povos, com a superação das desigualdades, da pobreza e da fome, com a promoção dos direitos humanos, com o desenvolvimento ambientalmente sustentável e a paz entre as nações. Exige ainda a reforma do sistema internacional e o fortalecimento dos órgãos multilaterais como os Brics, por exemplo. Neste sentido, devemos aprofundar as relações partidárias do PT com todas as forças politico-partidárias no mundo que se opõem ao ideário neoliberal e da extrema direita.

A integração econômica, social e cultural da América Latina e do Caribe se mostra cada vez mais essencial em face da ofensiva de governos reacionários e ultraneoliberais da região, defendendo as instituições regionais como CELAC, UNASUL, MERCOSUL e PARLASUL e a articulação e a integração entre os países nos marcos da soberania de cada um.

É também imprescindível a luta em defesa da democracia e do Estado de Direito, dos direitos humanos, da democratização dos meios de comunicação; das prerrogativas dos povos originários e de políticas ambientais que contribuam para a preservação da vida e do planeta e para uma relação harmoniosa entre a espécie humana e a natureza. Nesse sentido, o fortalecimento do FORO DE SÃO PAULO, como um dos principais instrumentos de

articulação dos partidos de esquerda e progressistas latinoamericanos, é estratégico para nossa atuação no próprio continente.

RESISTIR AO AUTORITARISMO NEOLIBERAL E CONSTRUIR A ALTERNATIVA DEMOCRÁTICA E POPULAR

O primeiro ano do governo Bolsonaro só confirmou, infelizmente, os piores temores da sociedade brasileira. O projeto da extrema direita – abertamente antidemocrático, antinacional e antipopular –, mesmo enfrentando forte resistência do PT e dos partidos progressistas, dos movimentos sociais e de outros setores democráticos, já causou enormes prejuízos ao Brasil e às condições de vida do nosso povo. Dentro e fora do país, seus efeitos são desastrosos.

Internamente, a maioria da população sofre cada vez mais as consequências da prolongada paralisia econômica e da absoluta omissão do governo frente a ela. Soma-se a isso o irresponsável desmonte das políticas sociais, que sacrifica milhões de pobres, mas atinge igualmente os trabalhadores e as classes médias assalariadas, que também necessitam dos serviços públicos. Esse quadro é agravado por uma reforma da previdência elitista e excludente que penaliza o andar de baixo da sociedade para beneficiar o capital financeiro. O governo, no entanto, prefere virar as costas aos problemas reais do país para apostar em uma verdadeira guerra ideológica e pretensamente moral, criando um clima artificial de intolerância e violência contra todos os que se mobilizam em defesa da legalidade democrática, dos direitos dos trabalhadores e do respeito à diversidade: negros, mulheres, comunidade LGBT, entre outros.

Externamente, desde o fim da ditadura militar o Brasil não tinha uma imagem tão negativa no mundo. Todo o prestígio acumulado pelo país, em especial no governo Lula, graças às formidáveis conquistas econômicas e sociais da população, e graças a uma política externa “altiva e ativa”, ao mesmo tempo independente e cooperativa, que tornou possíveis grandes avanços no cenário regional e global, a exemplo da criação da CELAC e dos BRICS – está sendo rapidamente jogado fora pelo governo Bolsonaro. O Brasil passou a adotar uma política externa de alinhamento automático com os EUA, de total subserviência ao unilateralismo imperial e belicista do governo Trump, abrindo mão de sua soberania e de qualquer atuação autônoma no mundo, mesmo quando as posições dos EUA prejudicam diretamente os interesses econômicos e/ou geopolíticos do Brasil. O país deixou de ser um admirado protagonista para tornar-se um coadjuvante agachado e fanfarrão, cujas posturas

só nos desmoralizam no concerto das nações: hostilizar gratuitamente os países árabes, provocar a China com bravatas ridículas, desprezar a unidade da América do Sul, fazer a apologia de ditaduras militares e governos fascistas, insultar a Organização Internacional do Trabalho (OIT-ONU), defender o trabalho infantil e o desmatamento da Amazônia, negar estupidamente as mudanças climáticas, atacar de modo grosseiro o Acordo de Paris e os ambientalistas de todo o mundo, e omitir-se de modo irresponsável, fazendo piadas chulas, frente ao gigantesco vazamento de óleo no litoral nordestino.

Na área econômica, o fracasso do governo Bolsonaro é evidente. O anunciado crescimento de 3% do PIB em 2019 não passou de mais uma fake news. O próprio Banco Central foi obrigado a reduzir a sua previsão para 0,8% e na verdade ele poderá ser menor ainda. O tão propalado investimento externo até agora simplesmente não veio. O investimento interno, por sua vez, praticamente inexistente. Os analistas são unânimes em reconhecer que 2019 está perdido para a economia. E o que é pior: justamente o setor que poderia desbloquear essa situação – o Estado – e alavancar a economia, investindo em infraestrutura e em políticas sociais, está proibido de fazê-lo pelo obtuso ideologismo neoliberal, que só pensa em cortar, cortar, cortar atrofiando e sucateando o Estado para impedi-lo de cumprir novamente o seu papel de indutor do desenvolvimento.

O resultado é o aprofundamento da crise social, com altíssimo nível de desemprego, queda na renda dos trabalhadores, crescimento assustador da miséria e a volta do flagelo da fome, que havia sido erradicada no país.

No que se refere às políticas públicas, há um idêntico descalabro. O caso mais clamoroso é o da educação, pois o corte de 30% no orçamento das universidades indignou o país e gerou imensas manifestações de protesto, tal como a ameaça de abolir a garantia constitucional de verbas para a educação e os ataques ao FUNDEB, sem falar na educação doméstica e no Future-se que querem subordinar parte do ensino fundamental e também a universidade e a pesquisa aos interesses do capital privado. A saúde também foi duramente afetada: a destruição do programa “Mais Médicos”, por exemplo, fez com que mais de mil municípios brasileiros voltassem a viver sem um único médico. Quanto ao meio ambiente, os impactos são tão graves que oito ex-ministros da área, de diferentes governos e partidos, divulgaram um manifesto denunciando o desmonte do sistema de proteção ambiental do país.

O desrespeito do governo pela democracia não podia ser maior. Ele se choca com o Supremo Tribunal Federal, querendo evitar que o STF julgue a (in)constitucionalidade dos

atos do executivo; com a imprensa independente, para que ela não revele os malfeitos do governo; com as centrais sindicais, tentando impedir que defendam os legítimos direitos dos trabalhadores; com as universidades, para que elas não exerçam a sua autonomia constitucional e o direito de pensar e pesquisar livremente; com os conselhos de participação social para que a sociedade civil não opine sobre as políticas públicas nem as fiscalize; com os povos indígenas, porque defendem suas vidas, territórios e identidades; com as lideranças sociais da Amazônia, porque não aceitam a exploração predatória dos recursos naturais; com os órgãos técnicos do próprio governo, querendo obrigá-los a mentir e a falsificar estatísticas; com os artistas, censurando o conteúdo de suas obras.

Os episódios cada vez mais frequentes de invasão de sindicatos e partidos, prisão arbitrária de militantes sociais, de atentados contra ativistas de direitos humanos, trabalhadores rurais e indígenas, de ameaças a jornalistas, a artistas, juristas e parlamentares democráticos, alguns dos quais tiveram que sair do país para sobreviver, demonstram que o Brasil está em uma assustadora marcha para o Estado Policial. A verdade é que os comportamentos abertamente fascistas estão se tornando a regra do governo Bolsonaro e dos grupos de extrema direita que o apoiam.

O projeto do governo Bolsonaro não é apenas conservador, o que já seria inadmissível em um país tão brutalmente desigual e injusto como o nosso. É um projeto de enorme retrocesso histórico. Quer fazer o país recuar décadas em termos de soberania nacional, de direitos civis e políticos, de direitos econômicos e sociais. Quer abolir o Estado laico. Quer desnacionalizar o que há de mais avançado em nosso sistema produtivo (a maior prova disso é a criminosa privatização da Petrobras com a venda dos gasodutos, das refinarias e da BR Distribuidora!). Justamente ele, que tanto falou em “patriotismo” na campanha eleitoral, quer entregar a nossa soberania, a defesa nacional, o Pré-Sal e todas as empresas públicas – ao grande capital internacional. Quer cancelar as conquistas que os negros, as mulheres, a comunidade LGBT, os povos indígenas tiveram em sua longa e sofrida trajetória de lutas. E, para implantar esse projeto regressivo, não hesita em perseguir também os intelectuais, os cientistas, os educadores e os artistas tentando impedi-los de pensar e criar livremente.

Frente a isso, a estratégia do PT deve ser de resistência ao projeto do governo Bolsonaro, e de intensa denúncia de seus efeitos perversos, e ao mesmo tempo de acumulação de forças para que o Brasil possa retomar o mais rápido possível o caminho da transformação social. De um lado, é preciso barrar as políticas regressivas da extrema direita. De outro, é preciso propor ao país uma alternativa progressista consistente ao desastre civilizatório que é o governo



Bolsonaro, e trabalhar para que ela alcance o mais amplo respaldo social e político. Alternativa baseada em uma Plataforma de medidas emergenciais e estruturais capazes de tirar o país da crise e recolocá-lo no caminho do verdadeiro desenvolvimento, com independência nacional e justiça social. Que dê a devida centralidade à Reforma do Estado, à Reforma Política, à Reforma Tributária, à Reforma do Sistema de Comunicação, à Reforma Agrária e à Reforma Urbana, entre outras. Essa plataforma deve ser elaborada a partir do Programa Democrático Popular no qual inspirou-se o nosso programa presidencial de 2018, e que pode e deve ser enriquecido no diálogo com os partidos aliados e os movimentos sociais e democráticos.

A Reforma Tributária defendida pelo PT deve ser um dos eixos dessa plataforma alternativa, pois todos sabem que no Brasil os ricos praticamente não pagam imposto. Quem paga mesmo é basicamente a classe trabalhadora e a classe média mais modesta. Bolsonaro e Paulo Guedes, quando falam em reforma tributária, querem beneficiar ainda Mais os ricos. Está na hora de implantar no Brasil um **sistema tributário justo**: quem pode mais, paga mais; quem pode menos, paga menos; e quem não pode, não paga. Propomos tributar as grandes fortunas e produtos de luxo, lucros e dividendos das grandes empresas e remessas de lucro para o exterior, juros sobre capital próprio; e reforçar o combate à sonegação fiscal, entre outras medidas.

O nosso Programa Democrático Popular se articula do ponto de vista estratégico com o projeto histórico do Socialismo Democrático, o “Socialismo Petista”, reafirmado ao longo de toda a trajetória do PT. Para nós, é irrenunciável o objetivo de construir, com o apoio das maiorias populares, uma nova sociedade livre, plural e solidária, uma sociedade em que o direito à vida não seja objeto de compra e venda, em que o direito à felicidade não seja uma mercadoria, em que milhões de seres humanos não sejam condenados à miséria, à fome, à morte para satisfazer a ganância de lucro. Uma sociedade que não seja, pela sua própria lógica, como é a sociedade capitalista, injusta, excludente, discriminatória. Uma sociedade sustentável, fruto de uma nova relação com a natureza. Uma sociedade, enfim, que seja não só materialmente mais justa, mas também ética e culturalmente superior.

Para barrar a ofensiva reacionária do governo Bolsonaro, o PT deve continuar empenhado em construir a unidade das forças progressistas tanto no parlamento quanto na sociedade. A atuação conjunta das bancadas de esquerda e centro-esquerda na Câmara e no Senado é muito importante, ainda que não seja suficiente para enfrentar o rolo compressor do Governo, com seus aparatos de poder e escandaloso fisiologismo. A aliança entre os governadores progressistas favorece uma ação articulada no cenário regional e nacional. O consórcio dos

governadores do Nordeste deve ser apoiado com entusiasmo. Os governos estaduais progressistas são os principais depositários do extraordinário legado de desenvolvimento com justiça social do período em que governamos o Brasil. Expressam outra visão do país e outro modelo de desenvolvimento, mais justo e eficiente para a população, contribuindo para manter viva a nossa alternativa emancipadora aos olhos da sociedade. É fundamental também continuar fortalecendo a Frente Brasil Popular e a Frente Povo sem Medo, que reúnem uma parte significativa das organizações e movimentos. Elas propiciam a reflexão conjunta das centrais, movimentos e partidos e cumprem um papel destacado nas mobilizações de massa. A unidade dos partidos e dos movimentos progressistas transmite uma sinalização de responsabilidade e coesão para amplos setores da sociedade.

Não há contradição entre consolidar a unidade das esquerdas e, ao mesmo tempo, buscar alianças mais amplas, até com personalidades e setores de centro, em prol do Estado de Direito e de outras causas como a defesa da Universidade Pública ou o combate à homofobia. A luta pela liberdade de Lula, crucial para a recuperação da plena democracia no país, exigiu a máxima amplitude social e política. Sempre que for possível articular frentes mais amplas em torno de bandeiras democráticas, agregando forças e personalidades que se opõe ao Estado Policial, à perda da soberania nacional e à eliminação de direitos sociais, devemos nos empenhar para construí-las e fortalecê-las. Na resistência ao governo de extrema direita a mobilização massiva da sociedade é imprescindível, sem prejuízo da batalha institucional. No processo de acumulação de forças para retomarmos nosso projeto transformador, o PT deve reafirmar a sua **estratégia de maioria**, um dos elementos-chave (desde o “Manifesto de Fundação”) do ideário do partido.

Trata-se de construir uma maioria consistente na sociedade – que não seja apenas eventual, conjuntural, mas que se afirme como verdadeira hegemonia democrática de ideias e valores – se queremos chegar novamente ao governo federal com efetiva sustentação para promover as mudanças imediatas e históricas que são a própria razão de ser do PT.

O resultado que obtivemos nas últimas eleições mostrou a força do PT e de seus aliados. Perdemos a disputa presidencial (manchada pela prisão fraudulenta de Lula, a absurda proibição de sua candidatura e as infames fake news), mas não fomos destruídos como pretendiam as oligarquias dominantes. Longe disso. O PT continua a ser o maior partido político do país, com mais de 2,3 milhões de filiados e grande capilaridade e força em todo o território nacional, além de governar estados importantes e contar com expressivas bancadas parlamentares.



Para que o PT e os partidos progressistas voltem a ser maioria, no entanto, além de consolidar o apoio daqueles 47 milhões que votaram em nós precisamos também trabalhar para reconquistar aqueles setores sociais – especialmente das classes populares – que nos apoiaram em 2002, 2006, 2010 e 2014, e foram decisivos para que ganhássemos as quatro eleições e pudéssemos governar o país. É fundamental identificar quais são esses setores, compreender as suas motivações, mesmo que não concordemos com elas, e retomar o diálogo cotidiano com eles em torno de suas condições de vida e de seus direitos: emprego, educação, saúde, segurança, transporte, cultura, lazer. A extrema direita soube manipular carências desses setores, mas não quer nem pode dar respostas efetivas e duradouras a elas com as suas políticas elitistas e excludentes. As pesquisas recentes revelam que parcelas significativas dos setores populares que votaram em Bolsonaro já estão frustradas com as medidas destrutivas e antipopulares do governo, mas isso não significa que já tenham passado a apoiar nossas propostas e nosso projeto. O mesmo vale para outros setores sociais, como segmentos relevantes das classes médias assalariadas, que haviam se incorporado ao nosso projeto, principalmente por suas contradições com as políticas de arrocho dos governos neoliberais, mas também se distanciaram do PT nos anos recentes.

Nos últimos meses, o desastre político-institucional e social causado pelo governo de extrema direita tornou-se ainda maior, com agressões reiteradas à legalidade democrática e aos direitos do povo. O país assistiu estarecido à tentativa de Bolsonaro de enxovalhar o Supremo Tribunal Federal e de seu filho ameaçar a sociedade brasileira com a volta da ditadura e do AI-5. O Ministério da Justiça, totalmente partidarizado, não hesita em rasgar a Constituição para proteger os interesses escusos do clã Bolsonaro e de seus apaniguados. A Polícia Federal sofre toda sorte de constrangimentos por parte de Moro e Bolsonaro. O Presidente interfere diretamente no inquérito da Polícia Civil do Rio de Janeiro sobre o assassinato de Marielle Franco e Anderson Campos, que envolve milicianos homenageados publicamente por seus filhos. Ao mesmo tempo, enquanto o IBGE divulga relatório mostrando que a pobreza extrema bateu seu recorde histórico no Brasil, o governo anuncia a absurda desnacionalização do sistema energético brasileiro, com a entrega do grupo Eletrobrás (Furnas, Itaipú, Eletronuclear Eletrosul, Chesf, Eletronorte) ao capital estrangeiro, o que trará consequências gravíssimas para a soberania e a defesa nacional. Bolsonaro e Guedes já haviam enviado ao Congresso uma proposta de reforma tributária tirando dos pobres e da classe média para dar ainda mais privilégios aos ricos. E acabam de mandar outro pacote que, a pretexto de promover uma “reforma administrativa”, extingue brutalmente 807 municípios, congela o salário mínimo, confisca direitos inalienáveis dos servidores públicos e burla a garantia constitucional de recursos para a educação e a saúde, entre outras medidas danosas à população e ao país.

Diante dessa escalada autocrática e anti-povo, nossa principal prioridade, como afirmou Lula, “ é mais do que nunca intensificar a luta para barrar o projeto destrutivo desse governo de extrema direita! Na luta social e política derrotamos a ditadura militar. Na luta democrática e transformadora vamos derrotar o governo Bolsonaro”.

CONTRA A DISCRIMINAÇÃO E A VIOLÊNCIA

A crescente violência contra os negros, as mulheres e a população LGBT é uma das questões mais graves da vida nacional. Para um grande número de brasileiros, antes de ser um problema de bem estar social, é de direito à vida. Basta lembrar os 75.600 assassinatos cometidos no país em 2018, em sua maioria de jovens pretos pobres. O que se torna ainda mais alarmante quando é o próprio Presidente da República que prega o racismo, o machismo, o patriarcalismo, a homofobia e as formas mais abjetas de preconceito. Ao dizer abertamente que mulheres e homens não devem ter os mesmos direitos, que os negros escravizaram a si próprios e que a população LGBT é fruto da degeneração familiar e social -- Bolsonaro está na prática legitimando essa escalada da violência.

Para o PT, que é um partido da esquerda democrática e libertária, tão importante quanto o direito à igualdade é o direito à diversidade. Razão pela qual a luta em prol desse direito não deve ser tratada como questão setorial. Em nossa plataforma de lutas, ao lado da defesa da democracia, da soberania nacional, das empresas públicas, do combate à pobreza, do emprego e da educação -- devem estar, e com toda a centralidade que merecem, a defesa dos direitos das mulheres, a igualdade racial, o combate à LGBTfobia e a defesa dos direitos da juventude.

LULA INOCENTE E COM PLENOS DIREITOS POLÍTICOS

As revelações do site The Intercept sobre as mensagens entre o ex-juiz Sérgio Moro e o procurador Dallagnol desmascararam de vez a essência da Lava Jato: um projeto de poder paralelo e clandestino forjado por integrantes do Estado, sem qualquer respaldo democrático. Agora está mais do que evidente que o seu principal objetivo sempre foi criminalizar o PT, suas lideranças – em especial, o Presidente Lula – e seu legado de governo. Tendo Moro como chefe, a Lava Jato agiu de modo deliberado para impedir, por meios ilícitos, que a população tivesse o direito de votar livremente em Lula. Bolsonaro pagou a Moro com o Ministério da Justiça, e o ex-Juiz não hesita em continuar desrespeitando a lei para proteger o seu chefe. Hoje, não resta a menor dúvida de que o golpe dado na Presidenta



Dilma, a prisão política de Lula e a eleição de Bolsonaro fazem parte do mesmo projeto autoritário e antipopular que a Lava Jato, com métodos de organização criminosa, contribuiu decisivamente para implantar no país.

Ao abolir a interpretação abusiva que vigorou nos últimos anos, restabelecendo o inequívoco preceito constitucional do trânsito em julgado, o STF começou, enfim, a desmontar o aparato de coação e manipulação da justiça que a Lava Jato utilizou, em conluio com a Rede Globo e outras empresas de comunicação, para instalar o seu projeto paralelo de poder político e econômico. Mas esse deve ser apenas o começo. Outras medidas precisam ser tomadas para acabar com o Estado de Exceção instaurado pela Lava Jato e reafirmar a plenitude do Estado de Direito no país.

No que se refere ao ex-Presidente Lula, as gravações divulgadas pelo The Intercept comprovam também o caráter político e as inúmeras ilegalidades cometidas em todos os demais processos forjados contra ele, que devem ser extintos. O respeito ao Estado de Direito exige também que sejam integralmente devolvidos a Lula os seus direitos políticos.

Por outro lado, Moro e Dallagnol perderam a condição de permanecer em seus cargos, e devem ser imediatamente afastados, para que sejam apurados com total liberdade os seus atos ilícitos.

DERROTAR A DIREITA NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2020

Nesse quadro, a derrota da ultradireita nas próximas eleições é um dos nossos objetivos centrais. As eleições de 2020 terão um sentido político ao mesmo tempo local e nacional. De um lado, a população das cidades precisa de respostas concretas para os seus problemas, que exigem políticas públicas democráticas e inovadoras. De outro, o povo brasileiro terá a oportunidade de expressar também nas urnas o que já vem procurando expressar nas ruas: o seu inconformismo com o projeto autoritário e antipopular do governo Bolsonaro.

Vencer as eleições significará a retomada do papel do Estado visando impulsionar a geração de emprego e renda, trazer de volta políticas que fortaleçam a educação pública, democrática e de qualidade, tal como previsto no Plano Nacional de Educação; expandir e melhorar a qualidade da saúde pública, por meio de programas como o *Mais Médicos*; resgatar políticas de habitação popular, como a Minha Casa Minha Vida, de transporte e de infraestrutura; promover os direitos sociais, civis e políticos com a mais ampla participação



popular. Tomaremos como referência as políticas desenvolvidas pelas prefeituras populares, pelos governos Lula e Dilma e pelos governos estaduais progressistas que, ao instituir recentemente o Consórcio dos Governos Estaduais do Nordeste, criam uma alternativa para o desenvolvimento e o financiamento da região. Nessas eleições queremos ampliar nossa votação dialogando e contribuindo para a organização de milhares de trabalhadores e trabalhadoras no conjunto do país. Por isso, lançaremos o maior número possível de candidatos e candidatas a vereadores em todos os municípios. Procuraremos também construir alianças que permitam fortalecer o polo de oposição democrática, comprometido com a defesa dos direitos, da realização da justiça social, e da soberania do Brasil.

Obs. Uma versão mais ampla e detalhada dessa tese, contendo inclusive uma proposta global de plataforma democrático-popular e um texto sobre construção partidária, está disponível no site: <http://construindounovobrasil.com.br/>





Chapa Número 200

LULA LIVRE: RESISTÊNCIA SOCIALISTA! Derrotar a barbárie ultraliberal e neofascista: uma alternativa democrático-popular e socialista

Representantes: Paulo Teixeira, Paulo Pimenta e Camila Moreno

Carregamos no peito, cada um, batalhas incontáveis.

Somos a perigosa memória das lutas.

Projetamos a perigosa imagem do sonho.

*Nada causa mais horror à ordem
do que homens e mulheres que sonham.*

Nós sonhamos. E organizamos o sonho.

(Pedro Tierra)

A Resistência Socialista se apresenta ao conjunto do Partido dos Trabalhadores nesse 7º Congresso como uma nova corrente interna.

Somos originários de coletivos regionais do PT, organizados em 21 estados do Brasil e compostos por militantes dos movimentos sociais, por militantes jovens e históricos, por feministas, por antirracistas, por negros e negras, por indígenas, por lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis, por intelectuais, por dirigentes partidários e por parlamentares. Defendemos um partido de caráter socialista e democrático e queremos contribuir para uma profunda reflexão sobre o papel do PT, seus desafios, sua estratégia e sua atuação. Construimos o Muda PT e participamos do conjunto de forças que defendeu a realização desse 7º Congresso.

Nos apresentamos aos petistas de todo o país afirmando nossa nitidez e defesa de um PT à esquerda, militante, socialista, crítico e autocrítico, comprometido com a tarefa histórica de resistência e combate ao ultraliberalismo e ao neofascismo – ao golpe continuado contra a soberania nacional, a democracia e os direitos do povo brasileiro.

Quer conhecer a Resistência Socialista, assinar ou contribuir com nossa tese?

Entre em contato:

resistenciasocialista@pt.org.br

I. Introdução

1. O PT se encontra hoje, mais uma vez, diante de encruzilhadas históricas que definirão seu futuro como partido do povo e ferramenta estratégica para construção do socialismo no Brasil.

2. O 7º Congresso tem como desafio maior apontar as diretrizes para reorganização e renovação do PT no contexto mais adverso que atravessamos desde a redemocratização. O golpe de 2016 com o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, a prisão de Lula e a eleição de Bolsonaro inauguraram um novo período histórico. As classes dominantes brasileiras, o grande capital internacional e o imperialismo romperam com os princípios democrático-liberais.

3. Vivemos um período de transição. Não estamos ainda em uma ditadura aberta e nem sob uma democracia-liberal. A burguesia rompeu com o pacto e com a Constituição de 1988. Estamos diante de novos e imensos desafios. O PT é parte e também produto histórico do processo de redemocratização do país. Portanto, o novo período marca também o fim do Partido dos Trabalhadores nos moldes em que se constituiu nas últimas três décadas.

4. **A luta social e organização popular devem, portanto, ocupar o centro da ação partidária.** É hora de mudar as prioridades políticas e a ação cotidiana do PT. A coalizão bolsonarista não quer apenas nos derrotar. Bolsonaro e o núcleo neofascista do governo pretendem destruir a esquerda e o PT. Nesse contexto a reorganização do Partido é tarefa urgente e necessária, sem a qual nossa sobrevivência está ameaçada. A disputa eleitoral não pode continuar sendo a principal (ou quase única) frente de ação partidária. É fundamental a unificação do campo democrático popular.

5. A crise de 2008 resultou em uma brutal ofensiva do capitalismo neoliberal. Cada vez mais se torna nítida a **crescente incompatibilização entre capitalismo e democracia.** Estamos em um período de retrocessos mundiais. O capitalismo se reestrutura radicalizando seu programa de exclusão e morte para milhões. A experiência da Grécia, o governo Trump, a guinada conservadora na América Latina, o golpe de 2016, a eleição de Bolsonaro, a ofensiva contra a Venezuela, o golpe na Bolívia, são evidências desse novo momento.

6. O debate congressual deve responder ao desafio de atualizar nossa análise da sociedade brasileira e formular as bases para a atualização do programa democrático-popular, afirmando nosso objetivo estratégico: o socialismo.

7. Convocado por pressão da esquerda petista, o 6º Congresso representou um esforço unitário que resultou numa guinada tática do Partido para o enfrentamento do golpe de 2016, abrindo ampla discussão sobre o balanço e o futuro do PT. O Congresso reafirmou nosso projeto socialista, embora sem aprofundar a estratégia para a sua construção.

8. A correção de nossa tática definida no 6º Congresso - com a candidatura Lula Presidente - deu significado a um confronto global com o golpe, com a narrativa da “normalidade democrática” do Governo e do caráter golpista e casuísta da Lava Jato para crescentes setores do povo. Essa linha de atuação deve ser aprofundada.

9. O 7º Congresso deve partir de onde parou o 6º: radicalizar o movimento de inflexão do Partido à esquerda, polarizando com a agenda ultraliberal e neofascista do Governo Bolsonaro e avançando no debate inconcluso da **atualização do programa democrático-popular e da estratégia socialista para o Partido**.

II. O cenário atual

10. O golpe de 2016 representou a mais dura derrota imposta ao PT em sua história, com implicações que alteraram a correlação de forças no país, no continente e no mundo em desfavor da classe trabalhadora e em favor do grande capital transnacional, em particular o capital financeiro.

11. O golpe foi uma articulação internacional, patrocinada pelos EUA, de caráter estratégico e geopolítico. Uma resposta aos avanços sociais e econômicos assegurados pelas políticas públicas e pelas opções de política externa dos governos Lula e Dilma. Um meio de assegurar o acesso às riquezas do país, sobretudo ao petróleo do pré-sal, a Amazônia e as nossas empresas, como a Embraer.

12. O capital financeiro e o imperialismo uniram, em torno da radicalização do programa neoliberal, que estamos chamando aqui de ultraliberal, um amplo leque de forças internas e estrangeiras que patrocinaram uma estratégia de desestabilização econômica, fragilização política e mobilização de massas contra o governo Dilma, pondo em marcha o processo fraudulento do *impeachment*. Na sequência, viabilizaram a prisão política ilegal de Lula e seu afastamento do pleito de 2018. A eleição de Jair Bolsonaro (que nunca foi um quadro da direita tradicional) é fruto desse processo. Ao mesmo tempo, sua vitória agregou um caráter neofascista, extremamente autoritário, ao programa ultraliberal.

13. As eleições ocorreram no contexto do golpe e foram marcadas pelas ações ilegais da Lava-Jato, pelas fraudes das *fake news*, pelo envolvimento de igrejas cristãs conservadoras na disseminação de mentiras e preconceitos e pela ausência de debate no segundo turno. Apesar das adversidades, a candidatura Haddad/Manuela obteve 44,87% dos votos e o PT elegeu a maior bancada de deputados federais. Entretanto, é preciso reconhecer que o PT deixou de ser referência para imensos contingentes da classe trabalhadora atingida pelo desemprego, pela precarização do trabalho, pela violência cotidiana.

14. **Apesar de denunciar as fraudes, o PT naturalizou a vitória de Bolsonaro, que não deveria ter sido naturalizada, mas compreendida e denunciada como parte de um golpe. Portanto, o Partido precisa reposicionar-se na conjuntura**, repensando sua ação estratégica e suas bases programáticas e organizacionais. Nesse sentido, impõe-se um giro na direção do fortalecimento da luta popular e social alicerçada em permanente construção cultural e ideológica.

15. O governo Bolsonaro é um governo de morte e desmonte, pois opera no sentido de desconstruir o conjunto dos direitos humanos, sejam os civis, as liberdades democráticas, os direitos sociais, culturais, ambientais. É um governo intrinsecamente anti-povo, anti-trabalhador, machista e misógino, racista, xenófobo, anti-juventude, que propaga discurso de ódio contra a população LGBTI. Ao mesmo tempo, ataca a educação, a cultura e a ciência. Quer destruir as próprias bases do Estado nacional, nossas empresas e institutos de pesquisa, nossas universidades, nossa produção cultural. Tem um caráter neocolonial e obscurantista.

16. A criminalização das lideranças sociais (como a prisão de militantes do movimento de moradia em São Paulo) o assassinato e a violência física contra lideranças de movimentos no campo, indígenas, defensores de direitos humanos, se somam à violência cotidiana – e à letalidade policial e ao aumento do encarceramento - crescente contra os pobres, a juventude negra, as mulheres e LGBTIs nas cidades - uma tendência grave a ser enfrentada pela esquerda como prioridade.

17. As recentes ofensivas verbais e de medidas programáticas promovidas por Bolsonaro e o núcleo central de seu governo (ataque aos nordestinos, à memória de mortos pela ditadura, a portaria de expulsão de estrangeiros, as privatizações à toque de caixa, a defesa do AI5) indicam **que o Estado de exceção pode evoluir para uma eventual ruptura com o que resta da democracia formal**. A contenção desse processo exige o fortalecimento da

mobilização popular e medidas de enfrentamento tático. Do ponto de vista imediato, as pautas mobilizadoras dizem respeito ao cotidiano das amplas massas: a defesa da educação pública, a luta contra a reforma da previdência, a luta por empregos e salários.

18. No processo de acúmulo de forças e aumento do repúdio (embora ainda limitado a setores sociais mais progressistas) a denúncia continuada e ampliada do governo Bolsonaro – envolvendo crescentes apoios internos e internacionais – pode evoluir para apontar alternativas táticas e de bandeira de luta mais gerais. Entre elas, o reforço da campanha #LulaInocente (pela anulação de todos processos e responsabilização de Moro e Dallagnol), **a contestação da fraude eleitoral da chapa Bolsonaro/Mourão e a consequente convocação de eleições livres, diretas e limpas, devolvendo ao povo a soberania da condução política do país.**

19. **A luta pela nulidade dos processos contra Lula – escancarada pelas revelações do site *The Intercept Brazil* – continua sendo central na luta por democracia, pelos direitos sociais e soberania nacional.** A conquista de sua liberdade é uma imensa vitória para o necessário acúmulo de forças sociais, mas defender sua inocência, é tarefa a ser liderada pelo PT com a busca de todos os apoios legais, políticos e sociais possíveis. Os Comitês Lula Livre precisam se transformar em Comitês Lula Inocente, e o PT deve ter absoluto compromisso com sua disseminação, fortalecimento e transformação em focos de resistência ao arbítrio.

20. O acirramento da disputa política e ideológica pode gerar algum grau de crise internamente ao bloco golpista, capaz de aprofundar-se pelos arroubos autoritários de Bolsonaro, além de crescente descontentamento popular pela falta de respostas do governo à crise social, ao desemprego e à carestia.

III. A reafirmação da estratégia socialista do PT e do programa democrático e popular

21. O PT nasceu de uma necessidade histórica de auto-organização e de representação política da classe trabalhadora no Brasil no período final da ditadura militar, em um país herdeiro de uma cultura colonial e oligárquica enraizada em centenas de anos de exploração do trabalho escravo.

22. Ao possibilitar que setores populares organizassem sua história pela superação da exclusão social e política, o PT impactou de forma profunda e positiva a trajetória do país no



final do século passado e na atualidade. Ao assumir a defesa e o protagonismo dos trabalhadores colocaram-se também ao PT os desafios pendentes de superação da herança colonial e oligárquica – a construção da democracia, dos direitos e da formação e independência nacionais.

23. Previsto em seu Manifesto de Fundação, nos estatutos e nas resoluções dos seis Congressos realizados em sua história, o caráter socialista do PT nunca foi alterado. No entanto, não pode ser um adereço ou uma tradição burocraticamente reafirmada, sem consequências políticas, ideológicas e práticas na construção partidária. A estratégia socialista do PT deve estar articulada a um programa de reformas estruturais, atualizando as formulações do V Encontro Nacional do PT, agora após experiências concretas no governo federal.

24. A provável reação das classes dominantes a esta estratégia estava prevista no próprio conteúdo das nossas resoluções, para as quais o Partido e o campo democrático e popular deveriam preparar-se para uma reação golpista do imperialismo e das oligarquias à implementação de nosso programa de reformas. Desse confronto, estariam no horizonte tanto a ruptura socialista liderada pela esquerda quanto a restauração neoliberal liderada pela direita.

25. Não se confirmaram as concepções dos que acreditavam em instituições neutras e no republicanismo - **a maioria do partido se iludiu com o caráter supostamente democrático da burguesia e do aparato estatal.** Não operamos no sentido de realizar as reformas estruturais - agrária, urbana, política, tributária, dos meios de comunicação. Portanto, não alteramos o caráter do Estado e de suas instituições como as polícias, as FFAA, o Ministério Público e o Judiciário (agentes fundamentais do golpe que iniciou em 2016).

26. Experimentamos também os limites do lulismo, cujas características de conciliação de interesses de classe contraditórios, de defesa de avanços sociais sem rupturas e de amplas alianças sociais e partidárias – como método de governo e relação com a institucionalidade – foram insuficientes para gerar um novo tipo de consciência e força popular de caráter transformador da realidade. **A maioria do PT acomodou-se ao sucesso político e eleitoral do lulismo, perdeu sua radicalidade e seus vínculos organizados com o movimento real de massas, mantendo uma relação burocrática com os movimentos sociais e negligenciando suas políticas próprias de comunicação, organização, formação política de quadros e militância que caracterizaram sua origem, fundação e projeto partidário.**

27. Para o enfrentamento dos novos e duros tempos em que vivemos, é necessário que o 7º Congresso avance na atualização do programa de reformas estruturais e na sua articulação orgânica com a estratégia socialista.

VI. Tática eleitoral

28. As eleições de 2020 organizarão boa parte do cenário da disputa eleitoral de 2022 e poderão contribuir, decisivamente, para encurtar esse ciclo de retirada de direitos, aumento das desigualdades, perda da soberania e de ataques à democracia. Por isso, o PT deve colocar o tema das eleições municipais imediatamente na sua agenda, propondo e incentivando processos capazes de produzir conteúdos programáticos e composições político-sociais para enfrentar as candidaturas ultraliberais e de direita.

29. As disputas municipais deverão ser um espaço de construção e de mobilização que se articulem às agendas dos movimentos sociais e consigam dialogar com outros setores sociais (como a OAB e a CNBB) e com a parcela da população que discorda do rumo autoritário que o governo e o Estado brasileiro têm tomado, visando acumularmos força e criarmos condições de construir maioria social para o nosso projeto.

30. O PT precisa lançar candidaturas à prefeitura no maior número de cidades possível, convocar companheiros e companheiras que são referência política, ao tempo em que deve estimular candidaturas de mulheres e de jovens, expressando seu compromisso com mudanças reais nas representações do poder político.

31. Nos municípios onde não tiver candidato(a), o PT somente deverá homologar apoio às candidaturas de partidos do campo democrático e popular e de oposição ao Bolsonaro, comprometidos com a soberania nacional e a democracia e que têm resistido ao desmonte de direitos e ao obscurantismo social e cultural promovido pelo atual governo federal.

32. O fortalecimento do PT nas eleições se dará com chapas proporcionais completas, fortes e representativas. Esse é o motivo pelo qual é fundamental que o Partido convoque a militância, desafiando todos os setores sociais a definirem candidaturas proporcionais. Vereadores e vereadoras têm papel fundamental não apenas como legisladores mas, principalmente, como articuladores(as) de bases sociais, cuja consciência política é estratégica para a humanização das cidades e a elevação da qualidade de vida da população.



V. Construção Partidária

33. O PT precisa realizar o 7º Congresso com a disposição de fazer um debate amplo, substantivo e mobilizador, partindo de um balanço que considere os acertos, as limitações e os erros cometidos, pois eles fazem parte de qualquer percurso histórico. O momento exige a re colocação do PT como um partido radical para ser capaz de derrotar o projeto neofascista, retomando o trabalho de base se adaptando às características da sociedade atual e às mudanças ocorridas no mundo do trabalho.

34. Para nos tornamos um Partido capaz de resistir e organizar a oposição ao bolsonarismo deveremos ser de massa, mas de massa militante. Girar nossa atuação para voltar a ter organização nas bases (nos territórios, mas também na juventude, no ativismo feminista, antirracista, nas universidades).

35. Precisamos retomar com prioridade a formação política intensiva, visando constituir quadros militantes. Resgatar o papel dos núcleos, com algum poder deliberativo, fortalecendo nossa organização territorial. Estamos desafiados a construir direções coletivas, constituídas de forma plural e diversa, na prática – composta com quadros dedicados, preparados e dinâmicos. A renovação geracional e a reconexão com a juventude é condição urgente sem a qual pereceremos. A participação de negros e negras, dos indígenas, das mulheres e da juventude nas direções não podem ser apenas um artificialismo burocrático.

36. O PT renovado deverá dar o peso necessário à luta eleitoral, mas focará com igual ou mais força na organização de base e na luta extra-institucional. Teremos como objetivo reconstruir uma identidade socialista, feminista, rebelde, antirracista, libertária, democrática e antissistêmica - sem a qual será impossível reencantar a juventude ou nos reconectar com militantes históricos.

37. O PT precisa de uma direção colegiada da Secretaria de Finanças, que deve ser transparente e democrática para todos os filiados, amparados em uma construção de um orçamento participativo com a base do partido. A definição da divisão de recursos para as campanhas eleitorais também deve ser definida de forma transparente e democrática – garantindo que o conjunto das candidaturas petistas possam ser financiadas com justa condição eleitoral.

38. O 7º Congresso, ao reafirmar o PT como Partido socialista incorporará no centro do nosso programa as luta feminista e antirracista. Não há socialismo sem feminismo. É necessário para além da paridade, que é uma conquista das mulheres, fortalecê-las nas direções partidárias gerais, nos cargos de direção com papéis importantes, apoiando e criando instrumentos para incentivar a formação e a atuação política das dirigentes mulheres. E, principalmente retomando a construção de uma cultura feminista no PT. Além disso, é preciso reconhecer e incorporar em nossa ação, a ideia de que não há transformação possível no Brasil sem o enfrentamento ao racismo estrutural, sem que negras e negros, periféricos, jovens, pobres estejam à frente das mobilizações e dos núcleos dirigentes.

39. A reorganização do Partido passa por nos posicionarmos na vanguarda das lutas, pelas liberdades democráticas, pelos direitos civis, políticos e sociais, pelos direitos ambientais, pelo conjunto dos direitos humanos, LGBTI, da juventude, pelos direitos sexuais e reprodutivos, pelo internacionalismo, pela soberania nacional e pela igualdade social.

40. Queremos um Congresso que, desde já, envolva toda a militância num intenso processo de debates, de participação nas campanhas do partido, sobretudo na defesa da inocência de Lula e da anulação de todos os seus processos.

Assinam essa tese:

- Senador Rogério Carvalho – SE
- Deputado Federal Paulo Pimenta, líder do PT na Câmara - RS
- Deputado Federal Paulo Teixeira, vice-presidente do PT – SP
- Deputado Federal José Ricardo - AM
- Deputado Federal Helder Salomão – ES
- Deputado Federal João Daniel – SE
- Deputado Federal Nelson Pelegrino – BA
- Deputado Federal Waldenor Pereira – BA
- Deputado Federal Joseildo Ramos - BA
- Deputado Federal Zé Carlos – MA
- Deputado Federal Merlong Solano – PI
- Deputado Federal Henrique Fontana - RS

- Eduardo Suplicy, ex Senador – SP
- Lindbergh Farias, ex Senador – RJ
- Moema Gramacho – Prefeita de Lauro de Freitas



- Luiz Couto – Secretário da Agricultura - PB
 - Wadih Damous – ex Deputado Federal
 - Raimundo Angelim, ex Deputado Federal – AC
 - Padre Ton, ex Deputado Federal e Presidente do PT - RO
 - Jorge Bittar , ex Deputado Federal - RJ
 - Ricardo Vale – Ex Deputado Distrital-DF
 - Carlos Santana – Ex Deputado Federal - RJ
 - Augusto Lobato – Presidente do PT-MA
 - Graça Costa – Secretária Nacional de Relações do Trabalho da CUT
 - Raimundo Bonfim – Coordenador Nacional da CMP
 - Vilani Oliveira – Presidenta da CONFETAM
 - Raíssa Barbosa – Diretora de Assistência Estudantil da UNE
 - Hilquias Crispim – Diretor de Direitos Humanos da UNE
 - Ícaro Jorge – Executiva Nacional do Movimento Enfrente
 - Gabriela Reis - ANPG
 - Evaniza Rodrigues - União Nacional de Moradia Popular
 - Laura Sito – Coletivo Nacional de Mulheres do PT
 - Marina Gissi – Secretária Nacional de Organização da JPT
 - Kaique Ara – Secretário Nacional de Comunicação da JPT
 - Hamilton Pereira – poeta e ex Presidente da Fundação Perseu Abramo
-
- Deputada Estadual Maria Del Carmem - BA
 - Deputado Estadual Zé Raimundo - BA
 - Deputado Estadual Osni Cardoso – BA
 - Deputado Estadual Valdeci Oliveira – RS
 - Deputado Estadual Luís Fernando Mainardi – RS
 - Deputado Estadual José Nunes – RS
 - Deputado Estadual Franzé Silva – PI
-
- Juçara Vieira Dutra – Secretária Nacional Adjunta da SORG
 - Camila Moreno – Diretório Nacional do PT
 - América Menezes Bonfim – Diretório Nacional do PT
 - Patrícia Carlos – Diretório Nacional do PT
 - Sérgio Alberto Silva – Diretório Nacional do PT
 - Eric Moura – Diretório Nacional do PT
 - Jorge Florêncio – Diretório Nacional do PT



Chapa Número 260

Chapa Nacional “Na Luta, Ruas e Redes #LulaLivre”

Representantes: Henrique Donin, Lourival Casula e Ricardo Hott Junior

Companheiras e companheiros do PT,

A cada período o seu desafio, chegamos ao momento mais complexo de nossa história desde a fundação do partido. Ao longo dos anos sofremos ofensivas diversas, desde aqueles que não acreditavam que os trabalhadores e trabalhadoras fossem capazes de se organizar como força política autônoma, leitura clara em 1983 com a publicação “Manifesto dos 113”, até chegarmos a Presidência da República questionados desde o primeiro dia sobre nossa capacidade de gestão e realização frente ao país.

Superamos os desafios históricos, nos tornamos o partido mais vitorioso do período democrático, feito inédito entre os povos do ocidente, nenhum outro havia vencido 4 eleições consecutivas, tendo o presidente Luiz Inácio Lula da Silva incluído na agenda internacional o combate à fome e a miséria, reconhecido e respeitado mundialmente como maior líder político do seu período. Iniciamos o maior ciclo de conquistas econômicas e sociais desde o período de Getúlio Vargas. Alteramos a realidade social e econômica do povo brasileiro, invertemos a pirâmide favorecendo o trabalhador e principalmente a mulher brasileira, incluímos no orçamento público federal o brasileiro e a brasileira em situação de risco, miséria e exclusão social, mas avançamos no debate racial, de inclusão da pauta LGBTQ+, de proteção aos povos tradicionais, Quilombos, na proteção aos povos indígenas e sua cultura, tornamos o Estado brasileiro o mais representativo possível.

Não simplesmente distribuímos renda assistindo famílias com o Bolsa Família e ampliamos o acesso ao ensino superior, demos ao trabalhador e a trabalhadora, ao pequeno empreendedor, o micro e pequeno empresário, acesso a casa própria ao financiamento e o crédito, distribuímos a riqueza nacional e potencializamos nosso mercado interno e externo. É necessário entender que todo o avanço altera a realidade social e cultural da população, acelera o processo de mudança geracional e emancipa a sociedade governada.

O Brasil mudou, a sociedade, seus eleitores e o povo também, mas nossos inimigos e a oligarquia nacional não! Enfrentamos durante todo este período campanhas de desconstrução e difamação do partido e nossos dirigentes, dos nossos governos e governantes. Parte da grande imprensa associados a elites econômica, da estrutura do estado, do poder político tradicional, para impedir o avanço do nosso projeto demonizaram a

política, incentivaram a ruptura do Estado Democrático de Direito e o pacto político e social de 1988 rasgando nossa constituição, garantias constitucionais e as prerrogativas de direito. Ficaram expostos para a história, o nível profundo e íntimo de conchavos e arranjos políticos, associados à estruturas do judiciário, partidos políticos, figuras públicas, parte da elite nacional e a grande imprensa, cerrando fileiras desde o processo do mensalão em 2005, acumulando força e condições políticas até a prisão do ex-presidente Lula em 2018. Por retomar privilégios criou-se estruturas de espionagem, aparatos jurídicos policiaescos, tribunais de exceção, narrativas demonizando a política buscando nos colocar em vala comum, iguais a eles. Reviveram o espírito golpista, aplaudiram os descabros do período da ditadura, usaram da força política, militar e paramilitar para nos derrotar. A sede por lucro, exploração e destruição do patrimônio público se mantém desde a colonização e a casa grande não mediu esforços em nenhum momento da história para manter seus privilégios. O Brasil dos golpes de Estado, reeditou sua versão mais moderna e tacaña com o impeachment da Presidenta Dilma Rouseff.

Não só nossos inimigos se organizaram, cometemos erros e sofremos suas consequências. Nos distanciamos das bases e perdemos apoio popular, sofremos rompimentos e rupturas políticas infantis, privilegiamos adversários, flertamos com agendas liberais e burocratizamos as relações internas partidárias, governamentais e com os movimentos sociais, aparelhamos disputas pequenas, acúmulos de erros táticos, de avaliação e de condução política, equívocos à frente do Governo e do Partido que custaram nossa capacidade de resposta e diálogo direto com parte da sociedade. Mesmo assim, é creditado ao Partido dos Trabalhadores capacidade de se opor a um projeto obscuro e totalitário, que não evitará usar a força bruta do estado, tão pouco grupos clandestinos, paramilitares ou milícias, quando não houver mais apoio popular.

Nossos desafios são vários, nossa capacidade de luta é maior. Nossa fundação é forjada na história de resistência do povo brasileiro, dos povos indígenas, dos negros e negras deste país e do continente africano, da luta do trabalhador e da sua organização sindical, das bases eclesásticas, da luta do campo, dos trabalhadores rurais, nossas raízes populares são sólidas e profundas. O PT é maior que sua burocracia interna, o sentimento e o pertencimento petista vão além de uma simples ficha de filiação. E mesmo no pior cenário e com todos os erros que cometemos, saímos de uma eleição conflituosa, radicalizada, com campanhas diárias de difamação e totalmente comprometida por interferências várias, como a maior bancada da câmara nestas eleições de 2018.

ESTRATÉGIA

O ambiente político nacional, assim como o apoio popular do atual governo sofrerão mudanças conjunturais e precisamos estar atentos e preparados para essa retomada de cenário, que se dará no médio e longo prazo. É importante ter consciência de que a luta pela retomada do Estado Democrático e de Direito se dará com o tempo, é possível que sejamos alternativa no curto prazo a este projeto nacional econômico liberal e de defesa de costumes coloniais, porém, o provável é que passemos por um período de recrudescimento de direitos e liberdades, a conjuntura dirá.

O atual momento exige paciência histórica e disciplina política, compreender o impacto e as consequências econômicas aplicadas, o desmonte da rede de proteção social, o avanço do programa de privatizações, a abertura do mercado capital para investimento integralmente estrangeiro, a exploração das nossas riquezas naturais e do patrimônio nacional, o avanço feroz do desmatamento na floresta amazônica, o desmonte de empresas públicas, a desconstrução do orçamento federal, da Petrobras e do sistema energético brasileiro, a estrutura pública bancária, de investimentos público e o medíocre comportamento diplomático que causará efeitos nas relações externas, comerciais e políticas com efeitos internamente.

Toda essa agenda estará em curso no próximo período, seja quem for o representante. É necessário atualizarmos nossa compreensão do Estado brasileiro, nosso projeto de país e o modelo econômico e social que apresentaremos para a sociedade, perceber os novos modelos econômicos, as novas relações de trabalho que não mudam o caráter proletariado, porém mudam em sua representatividade, organização e comportamento econômico e social, entender as dificuldades à frente apresentadas por um processo de devastação territorial sem precedentes, as aspirações desta nova geração no Brasil e no mundo.

Para o próximo período mundial, somos um país estratégico na geopolítica: rico em água, território e fontes de energia. A defesa do patrimônio nacional, da nossa Amazônia, retomada da reforma agrária, da agenda de fortalecimento do Mercosul, da América Latina, reafirmar a autodeterminação dos povos e a luta contra o desmonte do Estado brasileiro são epicentro da nossa política no próximo período, assim como a discussão pela retomada de direitos trabalhistas e da capacidade de aposentadoria do trabalhador brasileiro, que pela reforma apresentada terá maior tempo de trabalho e menor salário proporcionalmente, são bandeiras nacionais que dialogam diretamente com a realidade econômica do povo.



TÁTICA

Ao partido cabe se reconectar com suas bases e se conectar com esta nova sociedade. O novo Brasil decidiu seu futuro baseado em novas mídias, novos conceitos, novas relações, novos modelos de organização social e a partir das narrativas apresentadas pela grande mídia. Se comunicar neste ambiente, exige de nós compreensão estrutural e orgânica.

O poder multiplicador das redes sociais ainda é incalculável, porém o efeito é construído por imagem e conteúdo aplicados, neste sentido não se inventa a roda da história, Carlos Marighela em 1955 já falava sobre o poder comunicador e estratégico das ações de agitação e propaganda do PCB à época, chamando a atenção aos companheiros dizendo que “A ação faz a vanguarda”. É preciso disciplina e critérios, principalmente para não sofrermos interferência externa nas decisões internas, a nossa organização e comunicação terá que se espalhar por todo o Brasil e o poder do conservadorismo terá que ser desafiado também nos centros vitais do país, para revertermos o avanço do atraso que vivemos.

A fórmula caminha para o aprofundamento das relações e ao partido o reencontro com a sociedade brasileira. O PT precisa sair do PT e retornar ao diálogo com o povo, as comunidades, favelas, movimentos sociais, religiosos e sindicais e isso somente é possível com o aprofundamento do nosso amplo processo democrático partidário, abrindo as portas deste novo PT para este novo Brasil, não limitando narrativas, atores, bandeiras e quem os represente e não abrindo mão da estratégia central e do projeto nacional de construirmos um país mais justo, solidário e socialista.

Somente um partido de dimensões nacionais, organizado em todos os Estados, em grande parte de seus municípios, na capital da República, com ações de dimensões urbanas e rurais, têm condições estruturais de organizar a sociedade entorno de sua agenda de Lutas, convocando a sociedade para participar ativamente da vida política nacional, estadual, municipal, comunitária e popular. Lembrando, como diria MC Marechal, em trecho de sua música “*Mensagem clara de que a tropa precisa ta em formação Precisa da informação...*”, Formação e informação contínua e atualizada para todas as estruturas do partido.

7 DE ABRIL DE 2018

Não percamos de vista o reencontro do Brasil com a democracia, nossa capacidade de luta precisa tomar as ruas, mobilizar a sociedade em uma agenda nacional ampla,

progressista e democrática, que reposicione o direito do povo brasileiro por liberdade, igualdade e justiça social. A solidariedade e o compromisso humanitário recaem principalmente aos subjugados, oprimidos, excluídos, segregados e aqueles que tiveram sua liberdade reprimida e hoje, já retornamos a luta pela liberdade individual e o direito à opinião, vivemos em uma decadência institucional e não podemos permitir que se aprofunde.

A construção de uma sociedade insegura, indefesa, que não reconhece no Estado, no seu poder policial a capacidade natural de proteção e o poder público não garantidor da segurança pública, tem como resultado uma população estimulada a violência, que entende barbárie como solução e a apologia à violência fato comum e institucional. Precisamos trilhar os caminhos que recuperem o equilíbrio social e institucional, retomando o papel do Estado presente na sociedade.

Defender e lutar pela liberdade do ex Presidente Lula **#LulaLivre** é agenda central que sintetiza os polos democráticos. Quando não se há segurança jurídica, voltamos ao início da sociedade moderna, “in dubio pro reo”. Não é possível à esta sociedade, negociar qualquer que seja o direito individual ou coletivo. A consolidação dos direitos fundamentais é pedra angular para o equilíbrio social e econômico de um país desenvolvido e respeitado mundialmente, permitir que o direito de um presidente eleito pelo sufrágio universal, seja restrito sem a mínima e sólida sustentação formal, material e comprobatória, comprometem diretamente a liberdade da população negra, pobre, LGBTQ+, incapaz de constituir em um sistema jurídico desigual, igualdade de direitos e de condições de defesa, atingem também a classe média, refém das relações sociais e dos interesses econômicos. Defender **#LulaLivre** é defender a sociedade brasileira, o direito à ampla defesa e o contraditório, as garantias legais, individuais e coletivas, a democracia e a autonomia dos povos.

AÇÃO

A chapa nacional “**Na Luta, Ruas e Redes #LulaLivre**” defende o PT como partido de massas, de lutas e democrático, ferramenta principal da sociedade para a disputa de classes e avanço estratégico para a retomada do Povo ao poder. Por isso reorganizar o partido, desarticular a tomada elitista que nos envolveu em disputas pequenas, mesquinhas e voltar a dialogar com agendas de luta que representem a classe trabalhadora e o povo brasileiro, ações que nos reposicionem na disputa de classes precisam reconectar o Partido dos Trabalhadores com o povo e o eleitorado e devem ser tomadas de dentro para fora com planejamento:

Ação - Organização interna

A readequação da estrutura do partido (salários, gestão financeira, modelos de arrecadação), transparência das contas buscando inovação dos procedimentos internos, ajustando aos modelos mais avançados de estruturas que fazem gerência sobre grandes volumes de arrecadação, implementando compliance e governança, modernizando a estrutura organizacional e de comunicação (interna e com a sociedade), aprimorando ferramentas tecnológicas capazes de dialogar com redes interativas de comunicação, desenvolvendo aplicativos e plataformas digitais, adequando a infraestrutura institucional e política aos novos modelos organizacionais, lembrando que *“A ação faz a vanguarda”*. Compreender o papel estratégico da Fundação Perseu Abramo que no último período deu saltos de qualidade e organizacional, ação acadêmica, institucional e inovação nos cursos e formação de turmas de estudo, pós-graduação, presencial e a distância, convênios com instituições como UNICAMP. É preciso ampliar essas ações e aprofundar na capacidade dialética e de formulação desenhadas pela Fundação, maior investimento estrutural, acadêmico e de pesquisa, abrir à comunidade acadêmica, setores da intelectualidade, estudantes e pesquisadores fazendo-os parte deste processo laboral da nossa Fundação. Definir um modelo estratégico que seja revisto de 10 em 10 anos.

Ação - Estrutura partidária

A tomada de decisão interna, deve passar por uma ampla discussão na sociedade, é preciso perceber este país e suas gerações, suas aspirações, convocar este país à prática política, apresentando nossos espaços de debate, fóruns, núcleos de base, formação como agendas comuns de encontro e participação. Aprofundar o diálogo com a sociedade, aplicando os modelos plebiscitários internos, de conferências e de convenções abertas, precisam ser ferramentas usuais do partido, permitindo a sociedade participar dos debates e decisões internas, fóruns, escolhas de candidaturas, grupos de trabalho - observando sempre que para ser votado, escolhido ou indicado é preciso ser filiado, porém, não podemos limitar a atuação do cidadão que tem interesse de participar deste ambiente político, reconhecer e atender a demanda do simpatizante, que mesmo não filiado se reconhece como petista. Aproximar nossos candidatos dos eleitores e a comunidade local, nossas práticas à cultura local e nosso conteúdo programático ao ideário popular. Investir em festivais, abrir as portas do partido e sua estrutura para o teatro, cinema, música e a produção digital, tornar cada sede ou estrutura partidária centros de convivência e ponto de cultura. Todas essas medidas têm no seu centro levar o partido de encontro a sociedade e reorganiza-lo para o próximo período geracional.



Texto base para a leitura “Sobre a Eliminação das Concepções Erradas no Seio do Partido” Mao Tse Tung, Dezembro de 1929.

“Nós devemos banir das nossas fileiras toda a ideologia feita de fraqueza e impotência. São errados todos os pontos de vista que valorizam a força do inimigo e subestimam a força do povo.” Mao Tse Tung



Chapa Número 270

TESE DA CHAPA “OPTAMOS: RENOVAÇÃO E SOCIALISMO. LULA LIVRE”

Derrotar o golpe, reconstruir sonhos e edificar uma nova dimensão civilizatória

Representantes: Silvana Donatti, Sheila Oliveira e Tiago Soares

A Nova Era anunciada pelo governo atual é um projeto antipopular, antinacional e antidemocrático. Uma ampla aliança foi construída entre setores conservadores na economia, na moral e nos costumes. Esta frente foi responsável por operar o golpe contra a presidenta Dilma e ganhar as eleições em 2016 e 2018.

Fomos derrotados a partir das condições criadas por uma operação criminosa montada por dentro das instituições do “sistema” de Justiça, financiada pelos interesses e recursos do capital transnacional, em conluio com as classes dominantes e a grande mídia. A Lava Jato, chefiada por Sérgio Moro, foi uma operação das elites contra a opção dos governos democráticos e populares de fortalecer o Estado, para que este também sirva às classes trabalhadoras e à soberania nacional.

Soberanias, que aliás, em nível de mundo, têm sido ameaçadas e regimes democráticos atacados por operações de sabotagem que visam a desestabilização até de moderados processos redistributivos em economias emergentes para, com isso, responder às demandas da crise de acumulação contemporânea e a manutenção das condições dos respectivos povos como espoliados pelo capital financeiro. Empresas transnacionais olham para os Estados-nações e democracias do sul global como os antigos impérios colonizadores olhavam para as terras invadidas e saqueadas. O trânsito para uma democracia de novo tipo pressupõe que, na resistência, resgatemos muito daquilo que o capital falsamente prega e hoje descarta, embora este não seja o nosso teto. Na contra-ofensiva temos que ter exigências maiores para aquilo que nomearmos como democracia.

Até o precário equilíbrio entre Legislativo, Executivo e Judiciário anterior foi destruído pela sanha golpista, por um Congresso conservador, pelas Forças Armadas a serviço das elites, por um Judiciário como elemento desestabilizador da democracia, operando a favor das demandas da acumulação burguesa.



A operação criminosa montada no Judiciário, longe de pretender prioritariamente combater a corrupção, veio para interferir diretamente no resultado das eleições. Avanços democráticos que ajudamos a construir com o fortalecimento do Ministério Público, Polícia Federal e novas leis anticorrupção acabaram por ser instrumentos para asfixiar a democracia.

O judiciário no Brasil sempre foi uma arma de opressão das elites contra os mais pobres. Mas agora deu um salto para a mais desavergonhada ação de sabotagem política. O árbitro visto no último período contra Lula, com a perseguição à maior liderança popular de nossa história republicana, preparou uma atmosfera sem precedentes de repressão a qualquer ato de resistência, de insubordinação e de revolta contra as injustiças. O caso de Lula demonstra a ousadia a que estão chegando, o que amplia a ameaça às populações negras e outras etnias discriminadas, às mulheres, à população LGBT. O genocídio de populações negras e empobrecidas encontra no “sistema” de Justiça do nosso país um aliado fundamental para manter estas pessoas, ou encarceradas, ou sob ameaça ostensiva de morte e/ou injustiçadas pela proteção que é ofertada aos algozes que as exterminam. Isto agora ficou escancarado pelas palavras do presidente da República e de governadores de estados. O dispositivo da guerra às drogas tem servido a este fim, também.

O Brasil já tem a terceira maior população carcerária do mundo com mais de 700 mil pessoas presas (a maioria negra), e mais de um terço constituído por presos provisórios, que aguardam julgamento; em alguns estados esse percentual de prisões provisórias chega a quase dois terços. O tráfico de drogas aparece como a segunda maior causa das prisões, e levou ao crescimento impressionante do encarceramento feminino. Esses números demonstram o quanto a guerra às drogas tem sido na verdade uma guerra contra pessoas pobres, contra jovens, negros, contra mulheres.

Ao falar do extermínio de vidas não podemos deixar de considerar que o Brasil está entre os países com o maior número de assassinatos de travestis e transexuais no mundo. E somente neste ano o Supremo Tribunal Federal equiparou o crime de lgbtFOBIA com o de racismo.

De Temer a Bolsonaro: o golpe tenta se consolidar

Desde meados de 2016, o país é governado pela mesma política econômica baseada no eixo: “menos” Estado e menos regulamentações; o que supostamente atrairia investimentos

externos e liberaria os internos. Bolsonaro recebeu um país com uma legislação trabalhista flexibilizada; com ênfase no incentivo às terceirizações; com a desestruturação dos sindicatos dos trabalhadores; com várias medidas que desregulamentavam as fiscalizações nas atividades produtivas, além de ampliar o uso de veneno na agricultura; com restrições orçamentárias de recursos para a saúde, para a educação, para programas sociais e para defesa do meio ambiente.

Desde o governo golpista de Temer, um projeto econômico de caráter ultraliberal vem sendo implantado no Brasil, baseado na redução de direitos sociais e em reformas do Estado, que eliminam o seu papel fiscalizador e de indutor do desenvolvimento econômico. O que o atual governo faz é tentar aprofundar este projeto, agora legitimado pelos votos obtidos por Bolsonaro em 2018. Propagou-se a idéia, com a ajuda inestimável da imprensa, de que feitas as reformas viriam os investimentos privados, que gerariam um círculo virtuoso na economia. Mas era previsível que nada disso aconteceria, a começar pelos seis milhões de empregos prometidos pela dupla Temer/Meirelles, que brotariam com a flexibilização das regras de contratação de trabalhadores pelas empresas. A propaganda enganosa da ocasião era de que os direitos e as supostas amarras da legislação trabalhista impediam mais ousadias de empresários, investidores e poupadores. Agora a propaganda mistificadora vem com a contrarreforma da Previdência.

A terceirização, a reforma trabalhista, somadas ao regime de recuperação fiscal imposto aos estados endividados, que incentivavam as privatizações, à diminuição de gastos públicos em áreas sociais, ao arrocho salarial, à demissão no serviço público, à restrição de novos concursos, tudo dá concretude ao caminho ultraliberal do novo governo.

Portanto, em meados de 2019 já seria tempo de se anunciar a colheita de frutos e perspectivar o futuro. E o que temos? O despencar do investimento e dos gastos federais não obrigatórios; uma estabilização das altas taxas de desemprego em torno de 18%, computando os que procuram emprego e os desalentados que desistiram da procura; empregos precarizados com evidente baixa de remuneração; a queda do PIB; o agravamento da crise da indústria; o crescimento da pobreza. Não há sinais de que possam ser cumpridas as promessas liberais: gerar desenvolvimento a partir de uma quimera do século 21, que é a enganosa apologia ao livre mercado. Lembrando que as consultorias privadas internacionais dos bancos são concordes que o mundo enfrentará uma nova recessão a partir de 2020.



Crise Social

Por isso a crise social por seu lado tende a se agravar. A desqualificação de qualquer esforço de produção científica e tecnológica, as privatizações, as liberações de agrotóxicos, as desonerações fiscais anunciadas, os privilégios mantidos na proposta de reforma da Previdência, o massacre previdenciário sobre a base da pirâmide social, e outras medidas da área econômica provocarão fissuras nessa barragem de rejeitos tóxicos que se tornou o governo.

A reforma tributária prometida pelo governo e pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia, enfrenta sérias dificuldades para ser aprovada porque os setores estratégicos do grande capital ainda não chegaram a um consenso sobre ela. Por seu lado, o governo a serviço do capital não pode investir no combate à sonegação fiscal. Sobra, portanto, para os truques de ilusionismo da plateia, a contrarreforma previdenciária. Esta já nasce falida politicamente em face das concessões feitas aos militares, ao Judiciário, ao Legislativo e às elites do próprio Executivo, cujos “direitos adquiridos” desmoralizam o discurso de equidade na distribuição dos sacrifícios. As camadas médias começam a se inquietar. E o aumento da miséria no meio do povo traz de volta a fome, a carestia, o aumento dos moradores de ruas, a precarização dos serviços de saúde, da educação, do transporte pública e da própria segurança pública.

Contudo, o rebatimento dessa situação econômica vem de forma lenta na política. A oposição democrática e de esquerda ainda investe na reorganização de suas forças e redefinição de sua estratégia. Nesse sentido, os principais problemas do governo Bolsonaro ainda são suas contradições internas, entre o núcleo econômico e sua base parlamentar no Congresso. Esta base, que não abre mão do fisiologismo, da demanda por cargos e espaços onde tradicionalmente podem extorquir empresas e ramos de produção, tem sido o principal contraponto ao governo central. A crise do Governo Federal com o Congresso reflete as contradições e interesses econômicos dos setores bancários, industriais, de serviços e do agronegócio.

Perpassadas por ligações externas de cada um desses quatro setores e seus conflitos que vem do exterior, sobre os quais não se tem controle no Brasil, as contradições originadas nas disputas pela riqueza nacional afloram em cada emenda legislativa às proposições do governo. E o preço da aprovação de seus principais projetos não é outro que não o desembolso imoral de mais e mais emendas parlamentares. Ou seja, a velha e tradicional política do toma lá, dá cá, continua presidindo a relação entre Executivo e Legislativo.

Um fato novo são as revelações do **The Intercept Brasil** sobre a Lava Jato e sua repercussão em parcelas da mídia tradicional. Aquilo que setores democráticos e de esquerda denunciavam há tempos, agora aparece com robustas provas: a Operação Lava Jato, que juntava Ministério Público Federal, Polícia Federal e o Judiciário, representada pelo juiz Moro, pela maioria do TRF-4, do STJ, do TSE e do STF, se transformaram em um dique de contenção da candidatura Lula em 2018. Essa gente violou a Constituição Federal, desrespeitou Convenções Internacionais (com destaque para a recomendação da ONU em relação ao registro da candidatura de Lula), o Código de Processo Penal, a Lei de Execuções Penais, o Estatuto da Magistratura e o Código de Ética da Magistratura. Esta ruptura escandalosa de “contratos” políticos e sociais estabelecidos principalmente pela Constituição Federal de 1988 terá graves repercussões no curto, médio e longo prazos em nosso país..

Parte dessas medidas estão relacionadas com o desmonte dos órgãos de terra e ambientais, sendo o Incra, Ibama, ICMBio e seus servidores desqualificados e atacados de forma violenta. A tentativa de conter a reação dos movimentos sociais de luta pela terra e ambientais é também explicitamente violenta, com a defesa pública de que sejam “abatidos” com a liberação do porte de armas. Nesse contexto, há também a conivência de setores do poder judiciário que facilitam o avanço da grilagem sobre terras públicas e territórios ocupados por comunidades tradicionais como quilombolas e indígenas alvos declarados do novo governo.

Desafios ao PT

Na luta por Lula Livre e contra o governo Bolsonaro, cabe ao PT superar os problemas políticos que vieram se acumulando em suas direções. Liderados pela corrente interna majoritária CNB, o Diretório e a Executiva Nacional aprovaram planos de mobilização para a formação de Comitês Lula Livre, mas quase nada saiu do papel. Ou seja a condição “majoritária” atual revela-se impotente para movimentar o Partido. Limites estruturais de organização - núcleos e diretórios que não funcionam para organizar as lutas sociais, ao lado dos efeitos da derrota eleitoral de 2018 e da existência de uma direção política com pouquíssima iniciativa - são alguns dos fatores que dificultam ao partido assumir o seu lugar no espaço de luta que está se abrindo contra o governo Bolsonaro. Problema de idêntica natureza se põe na luta contra a reforma da Previdência, em que foram adotadas resoluções pela direção do PT, mas com baixo engajamento da militância nas ruas, nos bairros e locais de trabalho.



A segunda votação da reforma da Previdência na Câmara e a votação no Senado vão ocorrer entre agosto e setembro. Ainda que o precedente do controle do voto pelo Centrão e pelo governo tenha sido aberto, sem que o movimento sindical, dividido, e os partidos da oposição à esquerda - PT, PSOL, PDT, PSB e PC do B - conseguíssem ampliar o leque de alianças contra o desmonte da Previdência, é inegável que a ficha começa a cair para muitos dos afetados pela contrarreforma. Ainda há luta parlamentar e social contra a PEC da Previdência e muito há o que explicar, reunir e mobilizar na população. O assunto também se estenderá aos Estados no ato seguinte, já que as mudanças para os servidores estaduais e municipais saíram da pauta no Congresso.

Para evitar a consolidação da extrema-direita no poder nacional, o objetivo principal de nossa ação deve ser investir na construção de fortes movimentos que levem multidões às ruas. Trata-se de uma construção e não apenas de uma convocação. Para esta construção é fundamental promover as lutas concretas e articulá-las com as lutas mais gerais. As manifestações contra a reforma da Previdência, contra os cortes na Educação e na Ciência e Tecnologia, bem como os protestos pela liberdade de Lula, nos mostraram um caminho cuja permanência e fortalecimento são decisivos na disputa política.

Nossa maior contribuição para barrar a consolidação da extrema-direita e levar a uma recuperação da esquerda passa pela reorganização do próprio PT. Podemos fazer melhor do que temos feito nos anos recentes. As derrotas que sofremos não ocorreram apenas pela força e ação de nossos adversários políticos, econômicos, culturais e midiáticos. Ocorreram também porque as direções partidárias se enfraqueceram quando os quadros principais foram para os governos e parlamentos, descuidando da harmonização entre a experiência de governo, necessariamente mais ampla, e a elaboração das políticas públicas no seio do partido. De tal modo, apeados do poder institucional central, não havia força, clareza e energia na organização partidária que pudesse contrabalançar ao menos nosso enfraquecimento institucional.

O PT, em seu Congresso Nacional, deve se orientar por uma necessária recomposição e revisão interna. É hora de atualizar nossa síntese e nossas representações para reposicionar o PT como o partido capaz de compor a construção de um novo marco civilizatório, socialista, democrático e popular, para o Brasil.

É nesses termos que a chapa "**Optamos: Renovação e Socialismo. Lula Livre**", composta por um conjunto de tendências interna do PT e coletivos autônomos, apresenta-se à

militância petista e ao Congresso do partido. Buscamos nesta tese apresentar reflexões e opiniões que acreditamos ser fundamentais para atualizar o ponto de partida no próximo período. Essas opiniões são fruto da nossa relação orgânica com um conjunto de organizações, movimentos e movimentações sociais.

ANEXO À TESE DA CHAPA “OPTAMOS: RENOVAÇÃO E SOCIALISMO. LULA LIVRE”

COLETIVOS AUTÔNOMOS de vários estados inscreveram na Secretaria Nacional de Organização uma TESE ALTERNATIVA para o 7º Congresso do PT. A chapa '**Optamos: Renovação e Socialismo. Lula Livre**' acolheu em sua composição vários destes grupos e militantes signatários da Tese Alternativa e abriu espaço para este resumo dela. O texto integral estará na Tribuna de Debates do 6º Congresso.

A primeira parte da Tese Alternativa busca uma aproximação das mudanças ocorridas na sociedade e no poder estatal. A soberania de nosso país veio sendo atropelada pelo domínio do capital financeiro que não tem pátria e pela presença das grandes corporações mundiais de comunicação e de intermediação trabalho/consumo. As resistências anteriores colocadas por governos petistas foram derrubadas pelo golpe de 2016 que levou à completa rendição ao capital. Estas mudanças vieram acompanhadas de enormes alterações no mundo do trabalho negando a multidões de trabalhadores qualquer vínculo trabalhista. A derrota do PT foi a derrota da classe trabalhadora, da soberania nacional, das lutas libertárias, culturais e ambientais, atingindo suas representações partidárias, seus movimentos sindicais e populares.

A segunda parte refere-se ao PT, diante do quadro atual do capital e do golpe. A agenda obrigatoriamente virou reativa para que as enormes reservas de força política, social e cultural no Brasil sejam capazes de impedir a consolidação do golpe. Manifestações dos estudantes e professores contra os cortes na educação; greve geral; manifestações setoriais; oposição militante; disputa pelas redes sociais; movimento Lula Livre; oposição no Parlamento; frente das oposições. Para ter êxito de uma campanha que ponha “Fora Bolsonaro e seus Aliados”, será necessário convencer, organizar, e trazer muito mais multidões às ruas.

O caminho principal reativo é a defesa dos direitos econômicos e sociais dos trabalhadores formais e informais e dos programas sociais para as populações pobres.



Associando isso à defesa da democracia, às lutas das mulheres, dos negros, de lgbts, dos trabalhadores rurais, dos povos indígenas e quilombolas, da juventude, às lutas culturais, ambientais e de soberania nacional. A reconquista da confiança e esperança no PT pela maioria do povo brasileiro passa por aí e pela volta dos costumes éticos que caracterizaram o PT como campeão da luta contra a corrupção. A campanha pela liberdade de Lula é essencial para restabelecer a democracia e para que ele volte a exercer a força de sua liderança contra o golpe.

O PT precisa deixar de ser um partido voltado quase exclusivamente ao exercício do poder estatal, como elite que se distancia das bases sociais e deixa de ouvi-las. A luta ideológica não pode ser abafada pelos interesses eleitorais imediatos, pela aliança com partidos e igrejas conservadoras, pelo financiamento por grandes grupos econômicos.

Para não repetir os erros do passado, o PT precisa redimensionar o peso dado à luta institucional, estabelecer novo relacionamento com os sindicatos urbanos e rurais, com os movimentos populares, estudantis, culturais, respeitando sua autonomia, mas orientando neles a ação de seus filiados e simpatizantes; fazer a disputa ideológica dentro dos aparelhos do estado, e fora deles, presencialmente e pelas mídias sociais, pela comunicação de massa; privilegiar a construção (não apenas a convocação) da luta nas ruas e nas grandes manifestações.

É preciso reconhecer que o PT precisa mudar. Mudar para fora, e mudar para dentro, construindo uma nova maioria interna e um novo conceito de direção, capaz de orientar e articular as lutas da militância, dos filiados, filiadas e simpatizantes em todas as frentes; promover a democratização radical de suas estruturas, métodos, finanças, capaz de nela ter representados quem mais atua nas diversificadas frentes. Fazer do Partido um instrumento de formação da militância e de relação direta com as massas trabalhadoras.

A terceira parte retoma a agenda do PT e das oposições:

1º. Derrotar o governo Bolsonaro e a agenda ultraliberal com uma ampla frente de oposição, da esquerda até o centro democrático, mobilizadora de multidões.

2º. Inserir as próximas eleições municipais na luta contra a consolidação da extrema direita no poder, associando os temas locais aos temas nacionais, reproduzir a frente de oposição e aliança com movimentos sindicais, sociais, estudantis, culturais.

3º. Defender, agora, para mais adiante restaurar e avançar nas políticas públicas universais de emprego, saúde, educação, segurança pública, dentro da retomada do crescimento econômico e de uma reforma tributária justa, capaz de resolver a crise fiscal.

4º. Defender um novo plano de desenvolvimento nacional com reformas estruturais; superação do atraso tecnológico; redução das desigualdades sociais; deter o processo de desindustrialização do país; alto padrão de sustentabilidade ambiental.

5º. A campanha Lula Livre é parte da luta da luta contra o golpe, da defesa das liberdades democráticas, contra o estado judicial de exceção, pela volta de um governo democrático e popular, pelo resgate da imagem ética do PT.

6º. Combinar as manifestações de rua com lutas segmentares, combinar as formas de luta presenciais com virtuais, parlamentares com a luta das ruas; desmascaramento da ação golpista de juízes e procuradores com Lula Livre; contra o desmonte ambiental e liberação dos agrotóxicos com a defesa da agroecologia e reforma agrária; contra as privatizações, a entrega do pré-sal e de Alcântara, com a defesa da soberania nacional.

7º. Mudar o PT para que seja sujeito da transformação social e política e anunciador de um novo modelo de sociedade socialista, democrática, sustentável, feminista, anti-racista e libertária.



Anotações





70 Congresso
Nacional
LULA LIVRE

www.pt.org.br

 /pt.brasil

 /ptbrasil

 /ptbrasil

 /TVPTBrasil



Foto: Ricardo Stuckert



7º Congresso Nacional
LULA LIVRE